



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETÚBAL

Realizada em 27 de abril de 2018

N.º 3/2018

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, João António Vicente, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, Marta Sofia Lourenço Pereira, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos e Nuno Miguel Batista Lopes.

Partido Socialista – Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Manuel Baptista Dias, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e João Pedro Oliveira Santos.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro



Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Fernando Manuel Monteiro, em substituição de Nuno Miguel Oliveira de Carvalho (conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha e Pedro Acácio dos Santos Soares, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 e 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição Vitor Manuel Ramalho Ferreira, José Luís do Rosário Barão, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha e Domingos Moreira Semedo, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, o Presidente da União de Freguesias de Setúbal Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído pela vogal do executivo Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, conforme documento registado sob o n.º 8, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Maria da Graça Santos Andrade, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado cidadão que se segue na lista da CDU, Manuel Fernando das Neves Rebelo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

N.º 1/2018 – Sessão ordinária realizada a 23/02/2018

João Viegas (CDS-PP) – Na página 37, da ata n.º 1, há um conjunto de intervenções que não fui eu que as fiz, mas julgo que o membro da assembleia Manuel Fernandes. Isto é na



sequência de uma pergunta que ele fez à Sra. Presidente. Esta troca de impressões entre a Sra. Presidente e o membro da assembleia não foi comigo, mas com o deputado Manuel Fernandes. Pedia que se fizesse esta correção nas quatro intervenções onde indica o nome de Paulo Viegas, mas que não são da minha autoria.

Não havendo mais intervenções foi o projeto de ata submetido a votação com as alterações introduzidas, tendo sido aprovado por unanimidade.

N.º 2/2018 – Sessão extraordinária realizada a 27/03/2018

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Carlos Batista (PS) – O PS congratulou-se com o facto de a Câmara Municipal ter assumido definitivamente a conservação e a operação do troço da Estrada Nacional 379, a situação era caótica, a qual não podemos tolerar. Sendo agora gestão da nossa responsabilidade, na sessão ordinária desta assembleia do dia 23 de Fevereiro, aquando da aprovação do protocolo, a senhora Presidente elencou uma série de intenções, nomeadamente, a construção de um miradouro na Comenda, a colocação de cancelas para evitar a circulação de automóveis ligeiros, a circulação do vaivém de Setúbal até à Arrábida, três parques de estacionamento, um no Alegro, outro na Várzea e outro na Secil, a construção de um cais no Portinho da Arrábida para pequenas embarcações, etc. A única proposta apresentada em reunião de câmara foi a de um projeto de regulamento para tarifar o estacionamento já existente na Praia da Figueirinha, que curiosamente não foi abordada nas intenções anunciadas pela senhora Presidente nesta assembleia. Estamos a um pouco mais de um mês do início da época balnear e a Câmara Municipal optou apenas por apresentar e criar mais uma taxa. Apenas isso! É muito pouco, o Partido Socialista espera por mais!

Costa Ferreira (PPD-PSD) – Relativamente às questões que queria colocar, gostava de ouvir uma resposta em concreto.

O parque TIR encontra-se localizado no Vale da Rosa, que foi uma decisão da câmara anterior. Já está em funcionamento?

Quando pensam proceder ao reforço, de uma forma estruturada, dos pavimentos e a requalificação dos respetivos acessos das Estradas Municipais 536, 536-1 e 542-1, dada a sua localização muito próxima de zonas urbanas, já que aqueles pavimentos não estão preparados para as dimensões dos tipos de veículos que vão passar a circular?

Quando é que deixam de existir viaturas estacionadas irregularmente, quer à noite e aos fins-de-semana nas entradas da cidade de Setúbal?

Acesso às praias da Arrábida na próxima época balnear. Para quando a apresentação pública da solução global, preconizada pela maioria que governa a câmara, para os transportes com segurança? Aquilo que tem vindo a público, são apenas medidas que vão sobrecarregar os setubalenses e os azeitonenses, dificultando o desfrutar das suas belas praias.



Segurança nas vias públicas. Na zona a norte e a poente do Continente e dos Bombeiros Sapadores existe um espaço que foi ultimamente alvo de alguma operação e deixou “N” caixas de visita, não havendo iluminação naquela zona torna-se um autêntico perigo iminente para as pessoas e para os próprios carros que circulam em direção ao Recheio. Chamo a atenção que há necessidade de resolver aquele problema.

Vitor Rosa (BE) – Trago aqui a questão da Carmona. Em reunião de câmara de 2/11/2017, conforme ata, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal relativamente à situação da Carmona fazia as seguintes declarações e passo a citar: *“Em relação à Carmona, isto já se arrasta há tempos e já foram dadas explicações sobre este processo que está todo inquinado com esquemas de má-fé, maus tratos e pouca transparência e lealdade.”* Depois de mais um conjunto de considerações, também era dito: *“Isto é uma manobra muito bem montada para forçar a que rapidamente, uma instalação daquelas que está a preparar a sua deslocalização. Esta pressão já chateia, enjoa, esta é uma manobra oportunista”*. Curiosamente, no passado dia 18 de abril na reunião pública, o senhor Vice-presidente desta mesma Câmara de Setúbal e sobre a mesma empresa dizia o seguinte sobre o início do processo deslocalização da Carmona para a zona industrial da Mitrena, que passo a citar: *“Satisfaz-se uma preocupação da população daquela área”,* frisando que, *“Temos uma solução para um velho problema social”*. Não houve alguém que se enganou no discurso, uma vez que esta é uma manobra muito bem montada, que era a pressão para a saída da empresa daquele lugar *“que já chateava e enjoava e que era uma manobra oportunista”*?

É que *“aquela manobra que enjoava, chateava e era oportunista, promovida por duas ou três pessoas”* nas palavras da senhora Presidente, que até tinham comprado casas mais baratas à porta da Carmona, agora na palavra do senhor Vice-presidente, talvez por efeitos de alguma varinha mágica, passa a estar satisfeita uma preocupação da população daquela área de Azeitão, reconhecendo-se afinal que este é um problema social já velho.

Relativamente aos terrenos atuais da Carmona, após a sua deslocalização e porque decorre a revisão do PDM – Plano Diretor Municipal, se os mesmos vão continuar como terrenos de zona industrial ou zona rústica?

Que medidas de proteção ambiental, por parte dos serviços, prevê fazer face a uma eventual contaminação de solos, decorrentes desta atividade, de tratamento de resíduos industriais?

Uma questão relacionada com o transporte de animais vivos. Em anterior assembleia perguntámos ao executivo, *“Que diligências tinha a Câmara Municipal feito junto da DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária, sobre o transporte de animais vivos, que ocorre com regularidade no nosso porto de Setúbal?”*. Resposta do senhor Vice-presidente, na altura, *“O que tinha o seu partido feito sobre esta situação?”* Convém hoje informar o senhor Vice-presidente que no passado dia 19 de abril de 2018, a deputada Maria Manuel Rola e o deputado Jorge Costa, ambos do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda deslocaram-se ao porto de Setúbal, a fim de visitar uma embarcação que se preparava para proceder ao transporte para Israel de milhares de animais vivos, a sua pretensão foi recusada por parte da empresa Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A. Esta atitude é uma afronta a um órgão de soberania e ao seu regular funcionamento, já que o estatuto de deputado garante o livre-trânsito, considerado como livre circulação em locais públicos de acesso condicionado, mediante exibição do cartão de deputado. Não prescindindo os deputados do seu direito e não encontrando colaboração da polícia militar para impor o conteúdo explícito do documento de identificação dos deputados, os referidos deputados impuseram a sua entrada no recinto do porto. O capitão do navio que estava a ser carregado não autorizou a entrada a bordo, dos deputados do Bloco de Esquerda e a permanência no recinto do porto de Setúbal foi curta. À



saída, para estupefação de todos os presentes e inclusive da própria comunicação social, os agentes da Polícia Marítima procederam ao registo e identificação de ambos os deputados. Isto passa-se no nosso país passado 44 anos do 25 de Abril, isto passa-se na nossa cidade com deputados do Bloco, na defesa dos direitos e bem-estar do animal que são impedidos de exercer o seu estatuto de deputados da Assembleia da República. Por isso, pergunto senhor Vice-presidente: O que tem feito a sua coligação nesta matéria de transporte de animais vivos?

Presidente da Mesa – Mais uma vez solicitava aos senhores deputados a compreensão para a contenção que têm de ter nas intervenções, sob pena de não haver em tempo próprio o confronto de posições relativamente às matérias em questão.

Manuel Esteve (PS) – Salientar a presença da nossa Presidente de Junta que tanto nos honra e que temos muito prazer em tê-la presente sempre nestas sessões.

Nas últimas intervenções que tenho feito nesta assembleia, não tenho obtido respostas do senhor Vice-presidente, apenas tem dado “trocós”. Hoje queria ver se tinha alguma informação, certamente que a vou ter através da senhora Presidente. Referia, como já é habitual, para a necessidade da criação de um passeio entre Vendas e Vila Fresca, cujas negociações já vêm desde o mandato anterior.

Queria obter alguma informação sobre a alteração do nome da rotunda em Azeitão, atualmente chamada rotunda da Bacalhoa, que foi aprovado em assembleia de freguesia, que passará a chamar-se rotunda Dr. Francisco Oliveira.

A Estrada 25 de Abril está péssima neste momento, está toda esburacada e não têm condições para podermos andar nas bermas, assim como os automóveis na estrada, no troço entre Pinheiros e a rotunda de Castanhos de Vila Fresca.

Suzel Costa (PAN) – Excelentíssima senhora Presidente da Câmara de Setúbal, no passado dia 3 de abril foi publicado o despacho 3283/2018, que aprova um apoio financeiro global de 500 mil euros para as esterilizações de cães e gatos, que as câmaras venham a realizar no âmbito da aplicação da lei 27/2016, de 23 de agosto, que impõe como já falámos aqui, o fim dos abates nos canis em outubro próximo e obriga à esterilização para controlar o excesso de cães e gatos. O despacho entrou em vigor no dia 4 de abril e os beneficiários, as autarquias, iniciam o processo de candidatura aos apoios no “site” da DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária. As esterilizações só podem ser iniciadas a partir do momento em que a DGAV assinale por “e-mail” a receção do pedido, o que poderá acontecer no prazo de dois dias úteis após a receção do mesmo. O prazo de utilização dos apoios é impreterivelmente 30 de novembro de 2018, último dia em que é possível dirigir à DGAV um pedido de pagamento. Cada município dispõe de um limite de financiamento até 15 mil euros, as câmaras têm a possibilidade de escolher o tipo de animais que querem esterilizar, cães, gatos ou ambos, o respetivo sexo e origem dos mesmos, animais errantes, animais alojados no CRO – Centro de Recolha Oficial, animais de municípios carenciados, animais recolhidos pelas associações do concelho, sendo objetivo travar o nascimento das ninhadas indesejadas e assim diminuir rapidamente o abandono e a entrada de animais nos canis. O PAN está fortemente empenhado com a Câmara de Setúbal, que utilize as verbas a que têm direito para assim reduzir o número de animais abandonados no concelho, com todas as vantagens que isso trará para o bem-estar animal, para a câmara que verá os seus cursos anuais, com a manutenção de animais abandonados baixarem, para a população em geral que deixará de ser confrontado com animais a vaguear nas ruas.



Gostaríamos então assim de interrogar a autarquia se já aderiu a esta campanha de esterilização?

Quais os critérios e a seleção dos animais a esterilizar?

Se os municípios carenciados e as associações também estão envolvidas no processo? Decorre até 30 de abril, próxima segunda-feira, o concurso para atribuição de apoios financeiros, até 60% do valor da obra aos municípios, para construção ou melhoramento dos centros de recolha oficiais de animais. O incentivo financeiro a atribuir, está regulamentado pelo despacho 3321/2018. Seria interessante saber se o município, entretanto já aderiu ou vai aderir ainda a este apoio financeiro.

Todos sabemos a intenção da Câmara Municipal de Setúbal de taxar o estacionamento este verão nas praias da Arrábida. A pergunta que fazemos é a seguinte: A autarquia equacionou ser ela mesma a gerir este estacionamento e com o dinheiro arrecadado apostar na aquisição de, pelo menos, um autocarro elétrico municipal para fazer o percurso entre Setúbal e as praias da Arrábida, a preços mais acessíveis à população do que os atualmente praticados?

Consideramos que seria uma importante medida ambiental e social de médio prazo, para um concelho que tem entre os seus lemas *“Uma cidade verde e um rio que nos espera”*.

Manuel Fernandes (PS) – Foi tornado público alguns dias atrás o índice de transparência municipal através do portal municipal, em que avalia a informação disponibilizada pelos municípios através dos “websites”. Em 2015 Setúbal já não estava num lugar muito honroso, estava em 210.º, em 2016 passou para 258.º e ao invés de melhorarem em 2017 passou para 289.º, já restam poucos municípios atrás de Setúbal, no que diz respeito à transparência municipal. Destacaria a informação sobre organizações de composição social e funcionamento dos municípios onde Setúbal tem o modesto zero pontos. Nos planos e relatórios, Setúbal tem 35,7%, em impostos, taxas e tarifas, preços e regulamentos, Setúbal nem sequer chega aos 50% tem 42,9%. A relação com a sociedade, Setúbal tem 50%. É curioso verificar estes 50% neste item, uma vez que Setúbal diz ser Município Participado. Na contratação pública Setúbal têm o modesto zero pontos e na transparência económica e financeira Setúbal tem 92,8%, graças ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro e aos compromissos sempre com as entidades do nosso país. Resta saber qual é a observação e que tipo de reação é que o executivo tem perante este relatório.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Surpreende-me o senhor Manuel Esteves ter trazido a questão da rotunda, porque ainda na última sessão a trouxe e foi-lhe dito que a Comissão de Toponímia ainda não tinha reunido. Relativamente a esta rotunda não é para mudar nada, porque aquela rotunda é chamada rotunda da Bacalhoa e nunca veio à Comissão de Toponímia para ter esse nome, significa que não se vai tirar nenhum nome. A proposta que foi à assembleia de freguesia é para que aquela rotunda passe a ser designada por rotunda Dr. Francisco Oliveira. Trata-se de uma rotunda numa estrada nacional, que é a Estrada Nacional 10, que não tem sequer um número de polícia, por isso não sei se a Comissão de Toponímia vai encontrar condições para que aquela rotunda possa ter um nome institucionalizado. A rotunda da Bacalhoa, a rotunda do autocarro e a rotunda das pipas do José Maria da Fonseca nunca foram à Comissão de Toponímia, que fique claro.

Relativamente àquilo que o senhor Manuel Esteves chamou de Estrada 25 de Abril, quero clarificar que se trata da Estrada 379 e aquilo que o senhor Manuel Esteves se referia era ao troço que é considerada Rua 25 de Abril dentro de Vendas. A Junta de Freguesia já enviou para a Estradas de Portugal fotografias do estado degradante em que se encontra, já solicitámos à câmara para que fizesse uma intervenção junto da Estradas de Portugal, porque



as estradas 379 e 10 estão ao abandono, encontram-se esburacadas, com os sinais muitas vezes caídos nas bermas. A Estradas de Portugal não faz qualquer intervenção e o troço que se encontra em pior estado fica no interior de Vendas, há buracos no asfalto que se vêm as pedras e há desníveis bastante acentuados.

Volto a solicitar à câmara no sentido de fazer nova intervenção junto da Estradas de Portugal, porque aquela situação está a tomar proporções muito preocupantes. É o total abandono da Estrada Nacional 10 e 379, principalmente a Estrada 379.

Carlos Batista (PS) – Existe junto ao antigo cemitério umas instalações da antiga fábrica “Mecânica Setubalense”. Aquele edifício está perfeitamente em ruínas, num estado que põe em perigo os transeuntes e dá má qualidade de vida ao prédio que está contíguo às instalações. Sei que a câmara e bem, tem notificado os munícipes que têm prédios devolutos no sentido de os arranjar ou serem demolidos. O prédio em questão ainda pertence ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, por isso gostaria de saber se a câmara já notificou o referido instituto, no sentido de fazer qualquer coisa ao edifício. Aquele edifício está praticamente no centro de Setúbal, por isso gostaria de obter uma informação da parte da senhora Presidente sobre o assunto.

Diamantino Estanislau (CDU) – Quero lembrar e congratular-me pela obra que a Câmara Municipal de Setúbal está a fazer entre a Quinta do Conde, que fica entre o concelho de Sesimbra e Palmela, uma obra quase de meio milhão de euros, que é importante para quem circula e faz a ligação com a autoestrada A2. Trata-se de uma estrada que tem estado abandonada e praticamente os setubalenses não usufruem daquele troço, mas a câmara com um esforço enorme está a recuperar aquele troço, uma obra muito importante para a ligação de acesso à autoestrada. Ao fim de tantos anos, conseguimos ter realmente aquele troço em recuperação.

Patrícia Paz (PS) – Tendo como suporte o Plano de Desenvolvimento Social de Setúbal 2014/2018, segundo o qual um dos objetivos priorizados é aumentar e melhorar a capacidade de resposta para a população em situação de vulnerabilidade social. Sendo a autarquia entidade parceira do NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo e uma vez que a única resposta existente é a da camarata da Cáritas, que é manifestamente insuficiente, pretendia saber se está prevista a criação de uma resposta ao aumento da capacidade existente ou se está prevista a criação de alguma resposta para sem abrigo de mulheres, dada a inexistência de resposta neste âmbito.

No anterior mandato questioneei o executivo sobre a transferência das instalações do Departamento de Psiquiatria da Unidade de Doentes de Evolução Prolongada no Hospital de São Bernardo para a Estrada Nacional 10, tendo esta transferência comprometido os programas diários mais longos de reabilitação social e integração social. Muitos utentes não têm rendimentos suficientes para fazer face aos transportes. O senhor vereador na altura demonstrou muita preocupação relativamente a esta situação. Pretendia saber se já foi encontrada alguma solução para este problema.



b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Em relação às questões aqui colocadas, apraz-nos referir o seguinte. Em relação ao edifício da Mecânica Setubalense o IGF já foi notificado muitas vezes, mas como a coisa não acontece, se puder dar um jeitinho no seu Governo agradeceríamos.

Em relação às praias as coisas que foram anunciadas vão ser feitas, não se fazem num estalar de dedos, falta um mês para a abertura das praias, estamos a trabalhar e a fazer o que é possível. O ano passado obtivemos as praias no mês de maio, mas fizemos muito mais do que fez o Governo do Partido Socialista, quando aqui esteve durante 16 anos, que nunca falou das praias, porque não era da sua competência, mas também não pressionava o Governo para fazer fosse o que fosse. O que é que fizeram em relação à Estrada 379? O que é que fizeram a tudo o que aconteceu naquela estrada, naquelas praias, com os dejetos que saíam para areia?

Fizeram zero!

Nós estamos a fazer em alguns meses, aquilo que não foi feito durante muitos e muitos anos, nem feito nem reclamado para ser feito. Esta é a resposta que me apraz dizer ao senhor deputado Carlos Batista.

Em relação às questões do senhor deputado Costa Ferreira, o parque TIR já está feito. Tivemos alguma dificuldade na implementação da máquina que funciona como portaria e simultaneamente de bilheteira, pensamos que rapidamente a situação irá ser resolvida, uma vez que o parque está feito. Em relação às acessibilidades, o vereador Rabaçal já respondeu na Assembleia Municipal passada, de qualquer modo dizer que foi aberto concurso público para fazer a Estrada Santas que não tem passeios, que está em muito mau estado, tem que ser toda esventrada para ser alterado o saneamento e as águas. Trata-se de uma obra nada barata, já tivemos alguma ajuda por parte do “Bluebiz Global Parque”, para o asfalto no troço mais próximo do próprio “Bluebiz Global Parque”. Já que vamos mexer naquele espaço aproveitamos e vamos tornar a obra muito mais profunda, com a criação de passeios e a ligação dos respetivos esgotos à casa de cada município, uma vez que existem algumas ligações que são clandestinas. É uma obra complicada no seu projeto e na sua conceção. O concurso ficou deserto e estamos agora na angariação de três empresas, a quem temos que fazer consulta para fazer a adjudicação.

Em relação ao senhor deputado do Bloco de Esquerda Vítor Rosa, assino por baixo tudo o que disse e repito, muitas daquelas coisas que se passaram na empresa Carmona não passaram de jogadas oportunistas de muitas pessoas que ali vivem, tendo em linha de conta que a fábrica já lá estava, fizeram o aproveitamento da compra dos terrenos. Repito tudo aquilo que disse, não me arrependo de coisa alguma. O que eu penso é aquilo que eu penso, e aquilo que pensa o senhor Vice-presidente é aquilo que ele pensa. O senhor Vice-presidente não disse que tinha sido resolvido o problema ambiental, o senhor Vice-presidente disse que tinha sido resolvido um problema social, tendo em linha de conta os protestos das pessoas que ali vivem agora, depois das certificações ambientais que não foram passadas pela câmara, da licença que não foi passada pela câmara. Todas essas entidades é que licenciaram e fiscalizaram toda a atividade da Carmona. A Carmona está prestes a sair daquele espaço com a ajuda da Câmara, quer pelo licenciamento da própria fábrica quer em relação à compra do terreno. Na realidade fomos nós, após muitas reuniões que fizemos com a Carmona, que ajudámos a indicar o caminho e a arranjar espaço para dali sair. Significa que nos preocupámos durante muitos anos. É muito fácil falar, mas depois quando chegamos ao trabalho a coisa bate de forma diferente e não nos pesa nada na consciência. O que eu estou aqui a dizer é uma coisa, o trabalho que eu e os meus companheiros de vereação aqui fizemos é outra, e fizemos um grande trabalho no sentido de resolvermos o problema da Carmona e o problema daquelas



peessoas que, entretanto, para ali foram residir. Houve aproveitamento da situação das pessoas que ali moram? Houve, claramente! Ajudámos a resolver o problema quer das pessoas, quer da própria empresa. Não é intenção continuar uma atividade industrial desta natureza, num meio praticamente urbano, pois também tem que ver com o próprio ordenamento do território. Em relação aos transportes dos animais, acho que já tinha sido respondido.

Em relação ao senhor deputado Manuel Esteves, muito obrigada, também gosto muito de o ver! Você é um simpático, mas eu só pinto o cabelo! Está a perceber?

Relativamente à Estrada 25 de Abril e à rotunda da Bacalhoa, a Presidente de Junta já respondeu. Em relação ao passeio já está o projeto pronto, penso que este passeio também está nas contrapartidas do “Continente”, que já começou a obra, provavelmente mais dois a três meses estará pronta.

Em relação às questões colocadas pela senhora deputada Suzel do PAN, já fizemos estas duas candidaturas que são para entrar no dia 30, penso que segunda-feira de manhã estarão praticamente prontas para ser entregues, no entanto, já começámos por fazer obras em relação à sala de esterilização, penso que mais uma ou duas semanas, os nossos serviços darão por concluídas estas obras, que nada se relacionam com as candidaturas, mas sim com o melhor funcionamento dos nossos serviços na proteção do animal e das condições de trabalho que ali tínhamos.

Qual é a apreciação da transparência? É zero! Não se trata de uma empresa certificada, é uma entidade privada. Esta apreciação está para ser julgada pelas entidades competentes. Algumas das publicações de algum material que nós temos, mas que esta instituição diz que nós não temos no “site”. Ontem foi extremamente interessante, aqui decorreu uma sessão do próprio Tribunal de Contas, cujos representantes disseram ter visto o nosso plano contra a corrupção no “site”, no entanto, a instituição diz que ele não existe. Mas foi o Juiz Conselheiro que disse aqui. Lamento que não estivessem presentes praticamente nenhuns dos deputados da Assembleia Municipal, os quais foram convidados, apenas estiveram duas pessoas da CDU, que também foi pouco e os representantes do Tribunal de Contas também repararam nesse pormenor. Nós fomos das primeiras câmaras do país a apresentar o plano anticorrupção. A recomendação saiu em 7 de julho de 2009 e nós apresentámos o nosso plano contra a corrupção em março de 2010, nem um ano depois e ele já se encontra no “site” há muito tempo, no entanto, essa entidade diz que nós não o temos. Em relação a essa entidade, que não tem crédito, podemos informar o senhor deputado que muitas das câmaras do seu partido estão a apresentar reclamações em Tribunal, porque estão a pôr em causa a sua idoneidade e a transparência de cada uma delas. Eles não são ninguém, não são uma entidade oficial, quem nos fiscaliza é a Direção-Geral das Autarquias Locais, a nossa população e os órgãos municipais, significa que essa entidade não tem nenhum crédito. A Câmara de Setúbal também vai colocá-los em Tribunal, como é óbvio. A Direção-Geral das Autarquias Locais, mais as treze inspeções que já foram feitas ao município é que sabem da nossa transparência.

Em relação à nota do nosso deputado Diamantino Estanislau, muito obrigada por ter referido esta situação, porque normalmente quase todas as pessoas referem as coisas menos boas. Perante as 200 obras que estão neste momento em andamento, nos congratulamos quando alguém se lembra em nos felicitar.

Em relação ao Plano Social de Setúbal que a deputada Patrícia Paz colocou, já esteve pensado um abrigo, mas ainda não foi concretizado. A Câmara de Setúbal, como sabe, não tem a obrigação de fazer uma coisa destas, a obrigação é do ministério correspondente. Não há candidatura, não há apoio, não há conversa, “*não há pão para malucos*” (peço desculpa).

Em relação às mulheres, a Câmara de Setúbal, como também sabe, doou uma casa para jovens mães solteiras à Cáritas, que tem um projeto que faz acompanhamento e proteção às jovens



mães solteiras. Em relação às mulheres que são vítimas de violência doméstica a Câmara de Setúbal tem um outro projeto em que as coloca em primeiro lugar para poderem aceder à habitação social. Sabemos que não é muito, é uma pontinha. Quando há uma mulher que é vítima de violência doméstica e se desloca a Câmara Municipal, se tivermos uma casa disponível essa mulher tem prioridade sobre todas as outras pessoas.

Em relação à transferência do Serviço de Psiquiatria para a Estrada Nacional 10, é da competência do Ministério da Saúde, pese embora o facto de a Câmara Municipal sempre ter colocado esse problema, de que há pessoas que vão a pé do centro da cidade, sem que exista passeio até lá acima, por isso estamos a preparar uma obra do lado esquerdo para a criação de um passeio.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Vamos entrar agora na terceira parte do período de antes da ordem do dia, que é destinado a moções, pelo que queria chamar a atenção das senhoras deputadas e dos senhores deputados, que a gestão do tempo é uma coisa muito importante e que alguns dos senhores deputados já esgotaram o seu tempo do período de antes da ordem do dia e agora temos treze moções e recomendações para votar. A Mesa propõe que se leiam apenas os títulos e os grupos que ainda têm tempo poderão pedir a palavra para fazer as intervenções que entenderem, dentro do tempo que está disponibilizado. Os senhores deputados que já não têm tempo, não poderão intervir no debate destas propostas.

Começamos pela ordem de entrada, a recomendação do Bloco de Esquerda “Proposta de criação de uma rede municipal de parques para cães” (Conforme documento original que se encontra arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9).

O senhor deputado do Bloco de Esquerda já não tem tempo, no entanto, os outros senhores deputados que queiram pronunciar-se sobre esta proposta, devem-no fazer.

“Proposta de Criação de uma Rede Municipal de Parques para Cães

No meio urbano, enquanto os proprietários encontram-se ausentes das suas residências os cães de companhia estão confinados e acorrentados em determinadas áreas dos jardins ou terrenos das propriedades, ou dentro de apartamentos fechados. Esses animais são objeto de passeios diário, de acordo com a legislação portuguesa, conduzidos por trela e/ou açaimo impossibilitando-os de correr livremente pela rua, passeios ou jardins, evitando-se assim acidentes e episódios desagradáveis com transeuntes. No entanto, esta inibição impede estes cães de praticar exercício físico bem como atos de socialização com outros da mesma espécie, ambos necessários ao seu bem-estar, onde os cães possam passear sem trela e interagir com os donos e cães em segurança.

Os Setubalenses não são estranhos a esta realidade sendo um concelho com mais de 4.000 mil cães. Atualmente, o município possui um WC para cães no jardim de Vanicelos.

Considerando que,

- a) É do senso comum a elevada quantidade de animais de companhia existentes no município de Setúbal e que existe uma nova consciência social e política face aos Direitos dos Animais;*
- b) A criação de espaços desta natureza minoriza a deposição indiscriminada de dejetos animais na via pública e permite que os animais possam andar e correr livremente e em segurança;*



c) A existência de uma rede de Parques para Cães em Setúbal pode ser encarada como uma mais-valia para quem procura fixar-se no concelho e representa uma melhoria de qualidade de vida;

d) Os Parques para Cães constituem um polo dinamizador de relações sociais;

e) A existência dos Parques para Cães estimula a sua utilização diária, permitindo aos animais um espaço pleno para exercício físico com todas as condições de segurança necessárias e a criação ou reforço de hábitos de socialização com outros animais e pessoas bem como do melhoramento da higiene pública associada ao passeio dos cães na via pública;

f) A criação de Parques para Cães está associada a um forte sentimento comunitário, promovendo e/ou reforçando hábitos corretos e saudáveis nos responsáveis pelos animais bem como a utilização de espaços públicos que de outra maneira estariam vazios;

g) Os futuros parques para cães em Setúbal, atendendo à sua localização, deverão ter constrangimentos de acesso limitando a sua utilização a quem dispor de transporte próprio ou às regulamentações existentes para o transporte de animais em transportes públicos bem como dos custos associados a essa deslocação;

Neste quadro, recomenda-se à Câmara Municipal de Setúbal:

1. Criar uma Rede de Parques para Cães que sirva todas as freguesias em Setúbal, garantindo acessibilidades pedonais de curta duração para todos e todas que desejem utilizar estas instalações;

2. Devido às especificidades variáveis dos seus utilizadores, faz-se necessário um local com uma área vedada com altura suficiente para os cães não saltarem, em terreno de terra batida ou relvada, equipada com vegetação não nociva para os seus utilizadores; zonas de sobras e zonas de proteção de chuva para ambos; bebedouros para animais e pessoas, uma pista de exercícios e uma zona de estadia e recreio livre destinada ao convívio dos donos com a instalação de bancos e mesas.

3. Para um bem-estar de todos, pretende-se um responsável para a fiscalização dos canídeos e do mesmo espaço, como por exemplo a fiscalização das vacinas obrigatórias e dos registos das juntas.

4. O espaço do parque deve-se dividir em 3 zonas em que duas zonas sejam de menor tamanho para cães com problemas de territorialidade e uma outra para canídeos do sexo feminino em alturas de cio.”

João Viegas (CDS-PP) – Em relação a esta recomendação “Proposta de criação de uma rede municipal de parques para cães”, pedia aos subscritores que esta proposta pudesse baixar à Comissão, para fazermos uma análise séria das propostas que aqui são apresentadas. Neste momento, os proponentes nem sequer conseguem ter a possibilidade de aqui defender aquilo que propõem. Também há algumas matérias que tenho dificuldade, como é o caso da questão da construção de WC para cães, que não é uma questão totalmente consensual, há aqui uma divisão mesmo por quem defende algumas propostas relacionadas com isto. Há aqui uma série de matérias que propunha que baixassem à comissão para poderem ser analisadas de forma mais detalhada.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação do Bloco de Esquerda, “Proposta de criação de uma rede municipal de parques para cães”, na sequência da discussão que realizámos na anterior sessão da Assembleia Municipal, um pouco disputada por parte de um dos munícipes que fez uma intervenção acerca desta matéria, pareceu-me estranho que no quadro da Comissão de Ambiente e Urbanismo, esta matéria não tivesse sido suscitada. Há um conjunto de trabalho feito, preparado e perspetivado em torno das questões do bem-estar



animal que parece ser do desconhecimento geral desta Assembleia Municipal, pelo que seria interessante que a Comissão de Ambiente junto da Câmara Municipal pudesse conhecer tudo aquilo que são as perspetivas e os planos de trabalho da Câmara Municipal nesta matéria. Porque não partimos do zero e tendo em conta este conjunto de preocupações que têm vindo para cima da mesa, não resiste em fazer um comentário que se prende com o estado de discussão na Assembleia Municipal relativamente a algumas destas matérias. O senhor deputado Manuel Fernandes há pouco falou de um índice, neste caso não será um índice, mas é pelo menos um indicador, esta preocupação que hoje vem colocada de forma sistemática no quadro das assembleias, com as questões relacionadas com o bem-estar animal, que demonstram de certa forma o indicador do bem-estar das pessoas nesta cidade. Há um reconhecimento implícito de um conjunto de trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal, em que as questões que afetam os munícipes setubalenses hoje são de outra natureza. Estamos a tratar de um conjunto de problemas de primeiro mundo, há um conjunto de questões que o município foi resolvendo pela sua ação e hoje podemos dedicar na assembleia em tratar do bem-estar animal, com toda a sua importância e relevância. Não queria deixar de saudar o conjunto de partidos que, face a esta realidade, trazem a esta Assembleia Municipal como sua principal preocupação o bem-estar animal. Da bancada da CDU, uma saudação para esta importante discussão que aqui fazemos.

Estamos inteiramente de acordo com a proposta do deputado João Viegas relativamente à possibilidade destas matérias serem apreciadas em sede de comissão.

Presidente da Mesa – De acordo com as propostas dos senhores deputados do CDS e da CDU vamos colocar à votação a proposta para poder baixar à Comissão.

Não havendo mais intervenções foi aprovado por unanimidade e em minuta, de baixar a recomendação do Bloco de Esquerda à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade.

Presidente da Mesa – Moção apresentada pelo grupo municipal do PSD “25 de Abril”. (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10).

“Moção - 25 DE ABRIL

Em 25 de abril de 1974, com o golpe militar que derrubaria o Estado Novo, regime ditatorial que durante quase cinco décadas oprimiu o povo português, deu-se início ao processo democrático em Portugal.

Considerando que no dia 25 de abril de 1974 se iniciou uma nova etapa da construção da Democracia e da Liberdade em Portugal, consolidada na elaboração da Constituição da República, aprovada em abril de 1976, restituindo aos Portugueses e Portuguesas, os direitos e liberdades fundamentais.

Considerando que no dia 25 de abril de 1975 ocorreram as primeiras eleições universais e livres em Portugal.

Considerando que o regime saído do 25 de abril de 1974 é o precursor da construção do Poder Local, sendo este provavelmente uma das maiores conquistas de abril.

Considerando que o Poder Local está consubstanciado nas autarquias locais, as quais têm uma especial importância pela proximidade aos problemas e anseios das populações.

Considerando, ainda, que a Assembleia Municipal de Setúbal é o órgão deliberativo e representativo do povo deste Concelho.



A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida hoje, delibera saudar o 25 de abril e, por ocasião desta efeméride, todos e todas que, ao longo dos tempos, lutaram, deram a vida pela Liberdade e que ajudaram a consolidar o regime democrático!”

Não havendo intervenções foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Uma recomendação apresentada pelo grupo municipal do PSD, “Monotorização da qualidade das areias nas praias do concelho”. (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11).

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – No pouco tempo que ainda nos resta, vou ler a recomendação para que o público presente a conheça:

“Recomendação

Monitorização da qualidade das areias nas praias do concelho

A qualidade ambiental das praias tem vindo a adquirir uma importância crescente entre os critérios de escolha de destino turístico. Apesar de nos últimos anos a legislação ter evoluído no sentido do ordenamento da zona costeira e do tratamento de águas residuais, o único indicador da qualidade relacionado com a saúde pública que pode permitir aos uterentes uma escolha orientada no concelho de setúbal, tem sido até ao presente a qualidade da água balnear.

Vários estudos realizados têm reconhecido a areia da praia como um potencial reservatório de agentes patogénicos fecais os quais se estima serem responsáveis anualmente a nível mundial, por 120 milhões de casos de doenças do foro gastrointestinal e 50 milhões de casos de doença respiratória.

Também a organização mundial de saúde tem vindo a exprimir a sua preocupação com a qualidade das areias da praia por estas poderem constituir um reservatório de agentes de infeção, sobretudo em zonas balneares onde a utilização da areia apresenta maior relevância. Tomando em consideração que tem ocorrido de alguns anos a esta parte a presença de animais selvagens em diversas praias da arrábida, como sejam os javalis ou as raposas, devendo-se ter presente o risco permanente da fauna selvagem atuar como reservatório de agentes patogénicos transmissíveis ao homem. Não descurando ainda a presença de canídeos nas praias fora da época balnear.

Tendo presente que a câmara municipal de setúbal celebrou no mês de maio do ano transato, protocolos com a agência portuguesa do ambiente e com a administração dos portos de setúbal e Sesimbra, os quais transferiram para o município a competência de gestão das praias.

Assim, a assembleia municipal de setúbal reunida em sessão ordinária delibera, na sequência da presente proposta do partido social democrata, recomendar à câmara municipal de setúbal que:

1. Durante os meses de junho, julho, agosto e setembro realize análises à qualidade microbiológica das areias.

2. Torne públicos os resultados das análises.”

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação assinalar o facto de o PSD finalmente se ter lembrado das praias de Setúbal. Enquanto estas praias foram da responsabilidade efetiva da administração central, nunca o PSD nesta Assembleia Municipal esteve preocupado com a qualidade da água ou com a qualidade da areia, simplesmente não esteve. Felizmente é mais um indicador de que estamos a fazer qualquer coisa. Face à transferência para o município



destas competências, finalmente o PSD se lembrou da qualidade das areias das praias do concelho. É mais um indicador que não deixo de registar. Se conhecem o protocolo saberão certamente que, no conjunto de matérias protocoladas, estas questões não estão incluídas, logo estas competências não foram transferidas para o município de Setúbal, o destinatário desta moção continua a ser a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, entidade que tem a competência sobre esta matéria. As competências da Câmara Municipal de Setúbal prendem-se com a questão da limpeza dos areais e no caso da Praia de Albarquel com a regularização e construção de uma rede de esgoto, que permita o tratamento das águas residuais naquela praia. Tendo em conta aquilo que são as competências de cada uma das entidades envolvidas não poderemos acompanhar a recomendação, ainda que as preocupações que estão contidas sejam válidas e estejamos de acordo com elas.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Vários municípios, basta ir à Agência Portuguesa do Ambiente, fazem-no como um fator de distinção, que foi precisamente isso que aqui coloquei. Trata-se de um fator de distinção para as praias do concelho de Setúbal e sendo o turismo uma grande aposta, então que façamos também através disto a distinção deste concelho, da qualidade daquilo que podemos dar aos veraneantes que nos visitam.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação rejeitada, com 14 votos a favor, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, 21 votos contra, 19 da CDU, 1 do PAN e 1 de AC, e 2 abstenções do BE.

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PAN votou contra esta recomendação, não pela parte deliberativa, que julgamos que é necessária uma análise regular e periódica à qualidade das areias tanto microbiológica, micológica ou Físico-Química. Atende-se no que aconteceu hoje com centenas de caranguejos que deram à costa e que estão na Praia da Figueirinha. O que o PAN não concorda é com os considerandos desta recomendação, nomeadamente mais uma vez a imputação aos javalis, às raposas e aos animais como os responsáveis pela má qualidade das areias, quando há bem pouco tempo participei em várias limpezas na praia e o que encontrei foi várias centenas de cotonetes, centenas de beatas, centenas de pensos higiénicos, de fraldas, sendo estes últimos responsáveis pelo aparecimento de algumas peças, como a “Escherichia Coli” e responsáveis por estas doenças do foro gastrointestinal. Apenas por isso é que o PAN votou contra.”*

Presidente da Mesa – Passamos agora à moção apresentada pela CDU “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12).

“Moção

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são entidades oficiais não judiciais, compostas por diversas entidades públicas e privadas de cada concelho, dotadas de autonomia funcional que visam promover e salvaguardar os direitos da criança e do jovem.

O trabalho da Comissão de Setúbal é vasto: é preciso avaliar as situações, instruir os processos, elaborar os relatórios, pedir diligências, ouvir crianças, algumas com problemas psicológicos, outras com comportamentos desviantes, dar resposta a pais desesperados ou que baixaram os braços, fazer visitas domiciliárias e aplicar medidas.

Existem constrangimentos logísticos e algum incumprimento nas respostas de primeira linha por falta de meios e de recursos humanos. De pouco serve a sinalização duma situação, as



problemáticas diagnosticadas e as medidas preconizadas, quando as respostas ao nível do sistema escolar são insuficientes ou se uma consulta de pedopsiquiatria ou de pedopsicologia chega a ter 6 meses de espera.

Em 2015, no âmbito do regime de “requalificação” pelo Instituto de Solidariedade Social, duas técnicas, com grande experiência na avaliação das situações de perigo e nas tomadas de decisões, cessaram funções.

Para minimizar esta falta de meios, a maioria PSD-CDS que então governava o país decidiu alterar a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e no art.º 19º, n.º 2 determinou que: “O exercício de função na Comissão Alargada pressupõe a afetação dos comissários ao trabalho efetivo na comissão, por tempo não inferior a oito horas mensais, a integrar o período normal de trabalho”.

Dito de outra forma, todas as instituições que integrem a Comissão Alargada (a Assembleia Municipal tem 4 representantes) ficam obrigadas a disponibilizar um colaborador 8 horas por mês em detrimento da instituição de origem.

Na prática, tal não funciona porque as entidades representadas na Comissão Alargada também sofrem do mesmo mal: falta de meios e de recursos humanos.

Mais uma vez, o Estado transfere as suas responsabilidades sem disponibilizar as verbas necessárias, enquanto a Comissão Nacional pede “boa vontade” para viabilizar a sua filosofia de colaboração no projeto da CPCJ, um projeto importante que representa, para muitas crianças, a única ajuda disponível e de proximidade.

Em 2017, foram os representantes das Forças de Segurança (PSP) que, sem justificação conhecida, suspenderam a sua colaboração preciosa. Ainda em 2017, foi a Médica Pediatra do Centro Hospitalar de São Bernardo que deixou de poder apoiar a CPCJ.

Face a exposto, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 27 de abril de 2017, delibera:

- 1.Exigir a revogação das alterações à lei de proteção de crianças e jovem que desresponsabilizaram o Estado das suas obrigações e permitiram o esvaziar de meios e recursos afetos às Comissões;*
- 2.Reconhecer o valioso trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Setúbal e a necessidade de dotar esta estrutura dos meios adequados para o desempenho das suas atribuições e competências;*
- 3.Reafirmar o entendimento de que a proteção de crianças e jovens não pode depender em exclusivo da “boa vontade” e de “cidadãos eleitores preferencialmente com especial conhecimento ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo”, sendo indispensável a existência de meios e de recursos humanos com formação adequada para lidar com situações extremamente complexas.”*

João Viegas (CDS-PP) – Senhor Presidente, pedia que a votação fosse por pontos.

Presidente da Mesa – Se não houver inconvenientes da parte dos senhores deputados, podemos passar à votação por pontos sobre a moção apresentada pela CDU “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”. Suponho que o senhor deputado se refere aos pontos das recomendações?

Sobre o ponto um da moção “*Exigir a revogação das alterações à lei de proteção de crianças e jovens que desresponsabilizaram o Estado das suas obrigações e permitiram o esvaziar de meios e recursos afetos às comissões*”.



Carlos Batista (PS) – Nesta bancada, as pessoas ligadas a esta área, dizem que não há condições para votar esta proposta e com algum sentido, pelo que deve baixar à Comissão.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Carlos Batista, eu perguntei quem é que pretendia intervir na moção, e nessa altura têm que se pronunciar. Agora no final, quando estamos a votar, o senhor deputado pede para fazer uma intervenção, não pode ser! Ou faz uma proposta ou não faz!

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação o ponto um da moção o qual foi aprovado por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 1 de AC, e 5 votos contra, 4 do PPD-PSD e 1 do CDS-PP.

Relativamente ao ponto dois da moção foi o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta. Relativamente ao ponto três da moção foi o mesmo aprovado por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – A moção é aprovada com as referências que foram feitas relativamente ao ponto um, mas a moção na sua globalidade é aprovada.

João Luz (CDU) – Para uma interpelação à mesa. Apesar desta votação por ponto, no final a moção tem que ser votada na globalidade.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada na sua globalidade por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e 5 votos contra, 4 do PPD-PSD e 1 CDS-PP.

Entrou na sala o senhor deputado João Vicente da CDU.

Presidente da Mesa – Passamos agora a moção apresentada pelo pela CDU “Transferência de Competências” (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13).

“Moção

Transferência de Competências

Sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais - definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planejar os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas.

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública.



O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 27 de abril de delibera:

1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações.

2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.

3. Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos.

4. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local

5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro."

João Viegas (CDS-PP) – Em relação a esta moção o CDS acompanha algumas das preocupações que estão elencadas. Temos algum receio que um processo de delegação de competências feita de uma forma apressada, não resulte da melhor forma. É preciso termos a noção da realidade do território e não sei se uma transferência desta forma terá em conta essa mesma realidade, porque os municípios não são todos iguais, o território não tem as mesmas



características, por essa razão esta deverá ser uma matéria com alguma ponderação, com alguma análise, com alguma discussão. Em relação às deliberações também sugeria que se pudesse separar. Da minha parte só precisava que se votasse em separado o ponto dois.

António Caracol (PS) – A bancada do Partido Socialista não compreende esta moção, o facto de o Partido Comunista ter apresentado uma proposta ao mesmo tempo que a do Governo e que não fazia referência a uma única competência a transferir para os municípios e freguesias. É verdade que referia princípios que até eram convergentes com as do Governo do Partido Socialista. A proposta de lei-quadro do Governo do Partido Socialista tem conteúdo e tem o acordo político da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias e da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses. A Lei de Finanças está a ser ainda negociada de forma a permitir aos municípios serem compensados pelos cortes que foram aplicados desde 2009, por isso, não é rigorosa a moção da CDU, quando se refere à insuficiência de meios ou não assunção de despesa pública. Esta posição da CDU em Setúbal, é uma tomada de posição isolacionista e não de respaldo, ao contrário das posições da ANMP e da ANAFRE. Este é um governo diferente dos demais, porque demonstra vontade de transferir competências reais, apresentando instrumentos e meios financeiros para o efeito. Está na altura de deixarmos de ser o país mais centralizado da Europa e aumentar a parcela de recursos públicos geridos pelas autarquias, que são os órgãos mais próximos e conseguem fazer essa gestão de uma forma mais eficiente. Hoje tivemos alguns exemplos e referências, nomeadamente quando falaram das estradas e outras gestões que irão passar para outras competências e atribuições. Está na altura de dar o passo em frente e este é o momento.

João Luz (CDU) – Haverá algum equívoco com aquilo que colocamos nesta moção. O entendimento que a CDU faz deste processo, acompanhando a necessidade e a exigência de um país descentralizado em muitas matérias, é a verificação que não se trata. Não estamos a falar de um verdadeiro processo de descentralização de competências, mas apenas e tão só de transferência de competências. Em alguns casos nem sequer é de transferência que estamos a falar, estamos a falar da transferência de ónus, muitos deles subfinanciados. O senhor deputado conhecerá certamente o conjunto de projetos ou anteprojetos que estão em cima da mesa, relativamente a um conjunto de áreas que o Governo visa descentralizar. Em muitas situações aquilo que se verifica é que, o que é transferido para os municípios é a execução física e financeira das matérias, o poder decisório continua na administração central.

Relativamente a um conjunto de funções sociais do Estado, temos sérias preocupações com a descentralização, tal como ela está a ser equacionada, designadamente em matérias de saúde e de educação, mas podíamos ir a outras áreas, como as de apoio social etc. Relativamente a estas duas, onde entendemos que há um direito de universalidade dos cidadãos ao acesso a essas funções sociais do Estado, tornar dependente de cada um dos municípios, o exercício desses direitos e a prestação desses serviços públicos, não nos parece o melhor caminho.

Disse e bem o senhor deputado que está a ser preparada legislação ao nível de finanças locais, mas o histórico neste país, desde 75/76, desde a primeira Lei das Finanças Locais é de permanente e sistemático incumprimento da legislação de finanças locais. Não houve até ao momento nenhum Governo que tivesse cumprido a Lei de Finanças Locais e tememos que o caminho seja para continuar. Também nestas matérias, questões como a participação proporcional das autarquias nas receitas do Estado continuam por garantir. Há um conjunto de matérias que nos fazem temer, que mais uma vez se esteja a passar para as autarquias locais o ónus e a responsabilidade de um conjunto de matérias, sobre as quais o Estado, ao longo de anos e anos, aquilo que fez foi subfinanciar estas áreas, desinvestir nestas áreas. Temos uma



rede escolar, temos um conjunto de centros de saúde, de hospitais que estão num estado miserável pelo país fora e hoje passam-nos para as autarquias locais, dizendo: *“Está aí, tratem deles e está aqui o envelope financeiro”*. A pergunta é, mais uma vez, se este envelope financeiro, para além daquilo que é a responsabilidade de assumir estas funções, cobre todo o passivo que estas funções sociais do Estado tiveram ao longo das últimas décadas?

António Caracol (PS) – Certamente o senhor deputado também tem confiança na posição que os seus camaradas de outras autarquias tomaram na ANMP e na ANAFRE ao depositarem um voto de confiança. O Governo transmitiu que o processo não está fechado, por isso mesmo ainda está em discussão, garantiu que durante este mandato irá efetivar essa transferência e essa compensação desde 2009.

Não percebo qual é o receio?

Lançava o repto ao senhor deputado, de lançarem algumas sugestões de competências que gostariam de ver transferidas para o município de Setúbal.

João Luz (CDU) – Para um mero esclarecimento. Na Associação Nacional de Municípios os eleitos da CDU aí representados votaram contra e no quadro da ANAFRE a discussão que esteve em causa não foi esta. É um esclarecimento que presto para perceber que esta não é uma posição isolada no município de Setúbal, nem da CDU em Setúbal.

Presidente da Mesa – Colocava a questão, se há alguma oposição à proposta que fez o senhor deputado João Viegas, de o ponto dois da moção ser votado em separado. Se não houver eu ponho a votação o ponto dois que diz: *“Reiterar a exigência de criação de regiões administrativas, enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis da administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias”*.

Não havendo mais intervenções foi o ponto dois da moção aprovado por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 20 da CDU, 2 do BE e 1 de AC, e 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 1 abstenção do PAN.

A moção foi aprovada na sua globalidade por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 20 da CDU, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 9 votos contra do PS e 1 abstenção do PAN.

António Caracol (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A declaração de voto é por causa da votação em separado do ponto dois. A bancada do Partido Socialista votou contra o ponto dois, porque recordamos que no programa do Governo do Partido Socialista, apoiado pelas forças parlamentares do PCP e do Bloco não fazia referência, por enquanto faz referência a regionalização, fala apenas neste momento de descentralização de competências. Poderá ser esse o caminho futuro. Vamos ver! Neste momento estamos apenas a falar de descentralização de competências, não fala em regionalização e criação de novas regiões administrativas.”*

Presidente da Mesa – Passamos agora a moção apresentada pelo pela CDU “25 de Abril e o 1º de Maio” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente sob o registo n.º 14).



**“Moção
25 de Abril e 1º de Maio**

Em Abril, celebramos o fim da ditadura fascista e a Revolução com que conquistámos direitos políticos, económicos, sociais e culturais antes negados pela força e repressão de um Estado fascista ao serviço dos monopólios e dos latifúndios.

Festejamos a democracia, a liberdade, a paz, a participação popular, a libertação dos povos colonizados, o desenvolvimento para o qual a criação do Poder Local Democrático deu e dá um contributo inestimável, com o seu carácter plural, representativo, com órgãos próprios eleitos por sufrágio direto e universal, autónomo e prestador de serviços públicos essenciais às populações.

Depois dos anos da austeridade imposta aos portugueses como um remédio amargo que não só não cura, como ainda mata, tem sido possível, fruto da atual correlação de forças na Assembleia da República, devolver rendimentos e direitos que haviam sido roubados ao povo português.

Se, tal como é reconhecido, a devolução de rendimento e direitos é elemento determinante para a recuperação económica do país, o que falta para se ir mais longe, para aprofundar este caminho, para se construir um País que rejeite um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários, na precariedade, na visão dos trabalhadores enquanto peças descartáveis de uma engrenagem que apenas visa garantir lucros?

Neste 1º de Maio, os trabalhadores portugueses não deixarão de ter por objetivo cumprir aquilo que de Abril ainda está por cumprir.

Em Maio, Abril e a Liberdade não rimam com a obediência cega e sem discussão das regras ditadas pela União Europeia, com o subfinanciamento ou a desresponsabilização das funções sociais do Estado, a submissão à lógica belicista das potências que conduzem o mundo à guerra e à destruição, o silêncio perante o recrudescimento das forças nazi-fascistas na Europa e no mundo.

Em Maio, os trabalhadores exigirão aumentos salariais, horários de trabalho dignos e compatíveis com a vida familiar, vínculos estáveis, contratos coletivos de trabalho que não caduquem pelo simples passar do tempo, reposição do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, reconhecendo que nas relações laborais, os intervenientes não estão em pé de igualdade.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 27 de Abril de 2018, delibera:

1. Saudar todos os que no concelho de Setúbal participaram nas comemorações do 25 de Abril promovidas pelo Município, pelas Freguesias e pelo Movimento Associativo e Popular do Concelho;

2. Apelar à participação dos trabalhadores de Setúbal na jornada de luta do 1º de Maio, designadamente, na Manifestação promovida pela União de Sindicatos de Setúbal (CGTP-IN);

3. Reafirmar o seu empenho na defesa dos valores e conquistas de Abril, por um Portugal justo, solidário, desenvolvido, livre e soberano.”

João Viegas (CDS-PP) – Uma sugestão aos autores da moção, no ponto dois das deliberações, quando diz: “Apelar à participação dos trabalhadores de Setúbal na jornada de luta do 1º de Maio, designadamente na manifestação promovida pela União de Sindicatos de Setúbal, (CGTP-IN)”, se pudessem retirar esta referência ligada a uma das centrais sindicais, tornando-a mais abrangente! Não fica muito correto estar a Assembleia Municipal a apelar à



participação numa manifestação promovida pelo sindicato de A, B ou C ou central sindical A, B ou C.

Nuno Lopes (CDU) – Esta questão em relação à central sindical da CGTP, se UGT ou outro sindicato tiver alguma iniciativa em Setúbal nós introduziremos na moção, mas como é hábito as comemorações do 1º de Maio em Setúbal são promovidas pela CGTP, no entanto, se houver outro podemos introduzir sem problema nenhum.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O voto a favor a acompanhar a bancada do Partido Socialista, nomeadamente naquele ponto que foi referido que é o ponto dois, diz respeito ao seguinte, eu como dirigente da UGT não estou aqui enquanto tal, estou aqui enquanto deputado municipal, mas enquanto dirigente da UGT reconheço que todas as entidades que representam os trabalhadores, quer sejam comissões de trabalhadores quer sejam centrais sindicais ou sindicatos, devem ter todo o direito de manifestações. Este ano, particularmente este ano a UGT não tem, porque tem um programa diferente, centralizando toda a sua ação do movimento 1º de Maio em Figueiró dos Vinhos e este ano em particular, ao contrário de muitos outros anos, não tem nenhuma atividade em Setúbal dado que, como disse, a política da UGT este ano é centralizar toda a sua ação em Figueiró dos Vinhos, tendo em conta aquilo que se passou e sendo mais uma prova de proximidade com população em relação àquilo que foi o sofrimento causado pelos incêndios.”*

Presidente da Mesa – Apelava aos senhores deputados para utilizarem as figuras regimentais corretamente.

Presidente da Mesa – Passamos agora a uma recomendação apresentada pelo BE “Canil Municipal de Setúbal” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente sob o registo n.º 15).

“Recomendação

Canil Municipal de Setúbal

Os canis/gatis municipais tiveram a sua origem como parte integrante da estratégia de controlo da raiva endémica em Portugal desde o final do séc. XIX, permitindo assim o alojamento dos animais vadios ou errantes capturados, sendo já, nessa altura, obrigatório um período de internamento daqueles animais para observação e diagnóstico.

A obrigatoriedade de instalação de canis/gatis municipais em Portugal já estava prevista no DL n.º 317/85, de 2 de agosto, o qual previa a captura de cães e gatos errantes, encontrados na via e locais públicos, como medida de luta e vigilância epidemiológica contra a raiva animal.

Esta obrigatoriedade manteve-se em vigor até ao final do ano de 2001, altura em que, com a publicação do DL 276/2001, em 17 de outubro, se refere pela primeira vez a centros de recolha, como sendo “qualquer alojamento oficial onde um animal é hospedado por um período determinado pela autoridade competente, nomeadamente os canis e gatis municipais. A Direção Geral de Alimentação e Veterinária – DGAV, sob a tutela do Ministério da Agricultura, tem definido com base na legislação em vigor as regras pelas quais se devem pautar os canis/gatis municipais.

Tendo em conta o DL n.º 276/2001, de 17 de outubro, que define no seu Artigo 8.º Condições dos alojamentos:



1 - Os animais devem dispor do espaço adequado às suas necessidades fisiológicas e etológicas, devendo o mesmo permitir: a) A prática de exercício físico adequado; b) A fuga e refúgio de animais sujeitos a agressão por parte de outros.

2 - Os animais devem poder dispor de esconderijos para salvaguarda das suas necessidades de proteção, sempre que o desejarem.

3 - As fêmeas em período de incubação, de gestação ou com crias devem ser alojadas de forma a assegurarem a sua função reprodutiva natural em situação de bem-estar.

4 - As estruturas físicas das instalações, todo o equipamento nelas introduzido e a vegetação não podem representar nenhum tipo de ameaça ao bem-estar dos animais, designadamente não podem possuir objetos ou equipamentos perigosos para os animais.

5 - As instalações devem ser equipadas de acordo com as necessidades específicas dos animais que albergam, com materiais e equipamento que estimulem a expressão do repertório de comportamentos naturais, nomeadamente material para substrato, cama ou ninhos, ramos, buracos, locais para banhos e outros quaisquer adequados ao fim em vista.

Considerando que:

- De acordo com o número 1 alinha a) acima referido, os espaços atuais de cada box existentes no canil municipal de Setúbal não permitem a prática de exercício físico adequado nem a fuga e refúgio de animais sujeitos a agressão por parte de outros, sendo que o número de cães por box ultrapassa o desejável;

- Não existe número suficiente de boxes para as fêmeas em período de incubação, de gestação ou com crias devem ser alojadas de forma a assegurarem a sua função reprodutiva natural em situação de bem-estar.

- No canil municipal de Setúbal a forma de higienização utilizada é molhando todos os dias os cães com banhos de mangueira, revelando-se esta prática prejudicial à saúde e bem-estar dos animais, os quais têm uma camada de gordura na pele que serve de proteção, com o excesso de banhos essa camada perde-se, dando origem a problemas dermatológicos.

- Os recursos humanos afetos ao canil são em número insuficiente, face às necessidades de resposta diária, acumulando duas funções muito distintas em termos de conhecimento (responsabilidade de tratamento de situações relacionadas com animais de companhia e por outro lado a área de higiene e segurança alimentar – fiscalização de mercados, talhos, peixarias, captura de animais errantes, etc.) inviabilizando que as duas sejam feitas com o profissionalismo necessário e provocando por consequência ausências prolongadas do médico veterinário no CROA, estando os animais sem qualquer tipo de assistência médica veterinária;

- Face ao exposto são relevantes as inconformidades do canil municipal com a legislação em vigor

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida na sessão ordinária de 27 de abril de 2018, recomenda à Câmara Municipal de Setúbal:

A realização de melhoramento das condições do canil municipal observando as seguintes condições;

- Abrigos com casas de madeira;

- Recinto vedado e com área suficiente para albergar cães de todo o tipo de porte, com espaços adequados às suas necessidades fisiológicas e etológicas;

- Chão em areia ou relva para uma melhor e mais eficaz higienização, não prejudicando o animal, nem lhe causando qualquer tipo de stress;

- Ter sombra natural ou em rede;

- Abertura de concurso para aumento dos recursos humanos afetos ao canil municipal.”



Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Propunha que esta recomendação baixasse à Comissão visto que, como foi dito até pela senhora Presidente quando fez a intervenção, que estavam a fazer o concurso por causa do centro de recolha dos animais, como nesta recomendação fala nas condições para os mesmos, deveria baixar à comissão para esperarmos pelo que irá ser feito e assim para se poder discutir de uma forma mais séria esta recomendação.

Presidente da Mesa – Não havendo consenso sobre esta proposta apresentada pelo senhor deputado Pedro Vieitas em esta recomendação baixar à Comissão, vamos votar a proposta.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação, aprovada por unanimidade e em minuta em baixar à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade.

Presidente da Mesa – Passamos agora a uma outra moção apresentada pelo BE “Defender Abril, prosseguir em Maio e sempre” (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente sob o registo n.º 16).

“Moção

Defender Abril, Prosseguir Em Maio E Sempre!

Há 132 anos, milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores.

Desde então, o movimento operário reforçou a sua organização, o sindicalismo envolveu na ação por todo o mundo uma sociedade ansiosa por justiça social, paz, liberdade, democracia e igualdade.

Desde então as lutas dos trabalhadores e das organizações do movimento operário, sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum:

A defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

Em Portugal, muitos dos direitos conquistados verificaram-se na 1ª República, e logo acabaram regredindo no decorrer da ditadura, sendo extinta a liberdade sindical e o direito à greve, mas apesar da permanente perseguição não faltaram exemplos de resistência e luta por direitos, como em 1958 na conquista das 8 horas de trabalho, resistência que se conjugou ao longo de anos em ações pelo derrube da ditadura fascista.

A Revolução de Abril de 1974, a liberdade, a paz e a democracia, são assim inseparáveis da luta pela dignificação do trabalho, não fosse assim e ainda hoje nas relações sociais não existiam os parâmetros civilizacionais que são a matriz da nossa convivência coletiva.

Por isto é fundamental impedir retrocessos nos direitos de quem trabalha.

É assim necessário lembrar que a atual situação laboral e social é caracterizada pelo abuso patronal nas relações laborais, assente no retrocesso verificado no Código de Trabalho imposto pela subserviência à Troika e às Confederações patronais.

Este cenário que urge ser alterado, é vetor principal no acordo que sustenta a solução governativa estabelecida após as últimas eleições legislativas, emergindo desde então legítimas expectativas pela reposição de direitos, nomeadamente o fim da caducidade da Contratação Coletiva e a reposição do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Seria grave se no decorrer desta legislatura não se revertesse o atual Código de Trabalho, por exemplo, não se acabar com os contratos a prazo para funções permanentes, com o fim do banco de horas individual, com os cortes nas horas extra e o regresso do descanso



compensatório, a reposição do valor das indemnizações por despedimento e acabar com o despedimento por inadaptação.

Seria grave não limitar ou acabar com a precariedade, que é sinónimo de baixos salários, horários incertos e instabilidade permanente que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e logo o desenvolvimento do país.

Urge assim mobilizar os trabalhadores e as populações em torno das suas justas reivindicações, onde se acrescem a melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

Mediante isto, os eleitos do Bloco de Esquerda propõem à Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 27 de abril de 2018, que delibere:

1. Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;

2. Apelar e mobilizar as populações, os trabalhadores e a juventude do Concelho, para que transformem as manifestações promovidas pela sociedade civil e pelas Organizações Sindicais para comemorar o dia 1º de Maio, em grandes ações de exigência pela mudança de que o país precisa e pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano ao serviço do seu povo.

Nota. No caso da presente Moção ser aprovada, deverá se enviada uma cópia para:

- Presidente da República*
- Presidente da Assembleia da República*
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República*
- Primeiro-ministro*
- Ministros da Saúde, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*
- Órgãos de Informação locais e regionais*
- Afixação nos locais de estilo das Freguesias”*

Manuel Fernandes (PS) – Sugeria ao Bloco de Esquerda os proponentes da moção, que no fim da primeira página, onde refere: “*Este cenário que urge ser alterado em vetor principal de acordo que sustenta a solução governativa*”, proporíamos “*Este cenário que têm vindo a ser alterado...*”, uma vez que, sendo o Bloco de Esquerda o proponente desta moção também deveria valorizar o trabalho do Bloco de Esquerda e das outras forças que dão maioria parlamentar e sustentam o Governo, naquilo que tem sido o trabalho efetuado ao nível da legislação laboral em Portugal.

Presidente da Mesa – Como o Bloco de Esquerda não tem tempo para intervir continuamos a considerar a possibilidade de outras intervenções.

João Luz (CDU) – A primeira questão é meramente formal. A moção na sua parte final, em caso de aprovação, coloca a questão sobre a afixação nos locais de estilo das freguesias. Estamos a aprovar isto numa assembleia municipal e não numa assembleia de freguesia, não compete à assembleia municipal afixar nos locais de estilo das freguesias.

A segunda questão é mais de conteúdo. Acompanhamos esta moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, no entanto, estranhámos que nesta moção não sejam colocadas as questões do aumento do salário mínimo nacional, bem como a forma como alguns se têm colocado na exigência de um salário mínimo digno, que corresponda a um limiar mínimo de condições para as pessoas poderem viver. Coisa que continua a não acontecer, porque alguns partidos na Assembleia da República, incluindo partidos que estão na atual solução governativa, não acompanharam as propostas de aumentos em 2018, para um salário mínimo de 600 euros.



Carlos Batista (PS) – Isto parece uma posição um bocado caricata!

Presidente da Mesa – O Partido Socialista já esgotou algum do seu tempo. Se for apenas uma questão muito pontual e rápida, o senhor deputado pode usar da palavra.

Carlos Batista (PS) – A questão é pontual e rápida. Nós fizemos uma proposta de alteração e o proponente não pode responder. Isto é caricato!

Presidente da Mesa – Relativamente à questão dos tempos, como temos vindo ao longo do mandato a dialogar e tem sido consensual, apesar das divergências e até da compreensão relativamente a esta questão dos tempos, volto a repetir que se trata do cumprimento de uma lei e enquanto essa lei persistir, até podemos protestar contra a lei, mas cumpriremos a lei. Esta é a posição da Mesa. Cada deputado, cada grupo político sabe o tempo que tem relativamente a cada um dos pontos e cabe aos deputados e aos grupos políticos fazer a gestão adequada dos tempos que têm. Não se pode fazer alterações, que pelo que acaba de dizer ao senhor deputado, não têm solução. Não havendo mais intervenções assim, eu em nome da Mesa, sugeria se os senhores deputados estivessem de acordo, relativamente à divulgação da moção, se ela for aprovada, fosse retirado no último ponto “*das freguesias*” e em conformidade fica “*afixação nos locais de estilo*”. Como sabemos a lei também não estabelece esta diferença, não vamos aqui inovar sobre esta matéria que tem regulamentação legal.

Ninguém discutiu a questão da alteração e como tal ponho à votação esta moção, tal como ela foi apresentada. A não ser que as forças políticas na Assembleia Municipal se pronunciem em sentido contrário. Aquilo que ouvi foi o senhor deputado do Partido Socialista, fazer uma recomendação ao proponente, uma recomendação é uma recomendação, não é mais do que isso e foi assim que eu entendi.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta moção foi feita uma proposta em concreto por parte da bancada do Partido Socialista e na nossa opinião, seria importante que os subscritores da moção, relativamente a esta matéria, pudessem dizer alguma coisa sobre a proposta que é feita. Se houver acordo não temos problemas nenhum, da parte da bancada da CDU, em ceder 30 segundos para o Bloco de Esquerda dizer se está de acordo ou não com a proposta de alteração de texto.

Presidente da Mesa – É uma figura que também é consensual e sendo assim os senhores deputados gerem o tempo global por cada ponto da ordem de trabalhos. O senhor deputado Vítor Rosa tem os 30 segundos da CDU.

Vitor Rosa (BE) – Obrigado pelos 30 segundos que a CDU nos está a dar. É melhor aproveitar para não divagarmos sobre outras matérias, nomeadamente em relação a este Regimento, nestas condições.

Mantemos na íntegra o texto, porque é também uma questão de princípios, embora compreendendo a observação feita pelo deputado do PS, mas o que é certo é que o próprio Partido Socialista em matéria de legislação laboral continua apegado de tudo que foi aplicado através da troika e inclusive nas propostas sobre alteração de legislação laboral no Parlamento, rejeitou as propostas do Bloco de Esquerda, nesse sentido e sendo coerente com aquilo que é posição do Bloco de Esquerda relativamente a esta matéria, mantemos o texto na íntegra.

Ausentou-se da sala a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves.



Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por maioria e em minuta com 23 votos a favor, 20 da CDU, 2 do BE e 1 do PAN, e 14 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Pedro Vicitas (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Razão do meu voto de abstenção. Encontro-me totalmente solidário com a luta dos trabalhadores, pela melhoria das suas condições de vida e sou totalmente a favor em acabar com a precariedade nos postos de trabalho. Enquanto presidente do sindicato, o PREVPAP- Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, tenho discutido no Ministério da Economia essa solução. O meu voto foi de abstenção, porque no ponto dois não me consigo identificar na afirmação de um “Portugal de progresso, livre e soberano, ao serviço do seu povo” e porque considero que desde 25 de Abril de 1974, somos livres, temos um Portugal soberano, ao serviço do seu povo.”*

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta moção, devido aos acordos com as forças políticas que sustentam o Governo na altura da criação do programa de Governo, assim como nos acordos que tem constituído, para além do programa de Governo em sede de comissão parlamentar, com as mesmas forças políticas. Nesse sentido já foram repostos os quatro feriados que haviam sido tirados pelo anterior Governo, já foram eliminados a sobretaxa de IRS, já foram criados mais dois escalões, aumentando a produtividade fiscal, tanto pedida pelos outros dois partidos que sustentam o Governo, já foi aumentado o salário mínimo e já foi reduzido o IVA na restauração com finalidade de promover o emprego, que permitiu criar 53 mil postos de trabalho neste setor. Quanto ao combate à precariedade, o Governo já apresentou a limitação de contratos a prazo para incentivo de contratos permanentes, já propôs a introdução de uma taxa de rotatividade penalizando o abuso de utilização de contratos a prazo, principalmente nos postos de trabalho considerados permanentes, já apresentou uma proposta tendo por base o fim do banco de horas individual, já apresentou uma proposta pela limitação das renovações de contrato temporário, já apresentou propostas introduzindo a suspensão temporária até seis meses, enquanto duram as negociações da contratação coletiva, já apresentou uma proposta reforçando o número de inspetores da ACT- Autoridade para as Condições no Trabalho, já apresentou uma proposta...”*

Presidente da Mesa – Já é a segunda vez que chamo a atenção do senhor deputado, que as figuras regimentais são para ser cumpridas na sua função. O que o senhor deputado está a fazer é elencar um conjunto de questões que não têm a ver com a razão de votar contra, mas tem a ver com o estar a utilizar o tempo para uma declaração de voto, que tem termos próprios para ser utilizado.

Manuel Fernandes (PS) – Peço desculpa senhor Presidente, mas estava a justificar a intenção de voto da bancada do Partido Socialista.

Presidente da Mesa – Todos percebemos e deixei o senhor deputado continuar, mas isto não pode ser. Chamo-lhe a atenção pela última vez, que tem de reformular a sua conceção das declarações de voto.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Presidente peço imensa desculpa, mas a declaração de voto nem sequer é passível de comentários. Peço imensa desculpa, mas estava a justificar o sentido



de voto da orientação da bancada do Partido Socialista, não sei por que razão é que não posso dizê-lo, sob pena de muita gente não compreender por que razão o Partido Socialista vota de uma maneira ou de outra. Quem diz o Partido Socialista diz outra bancada.

Presidente da Mesa – Compete-me gerir e interpretar. Sendo já a segunda vez que chamo a atenção ao senhor deputado, o senhor deputado devia ter em consideração esse facto, faz favor de terminar senhor deputado.

Manuel Fernandes (PS) – Obrigado senhor Presidente. *“Assim sendo e temendo por base os considerando atrás referidos, não se compreende por que razão o Bloco de Esquerda local não valoriza o trabalho do Bloco de Esquerda a nível nacional e apresenta uma moção, não integrando aquilo que já foi feito pelo Governo e pelo...”*

(intervenção inaudível)

Manuel Fernandes (PS) – Desrespeito, é cortar a palavra a um deputado que está no uso da palavra.

Presidente da Mesa – Senhores deputados peço a vossa atenção!

Para não me alongar muito mais nestas considerações, porque nós não andamos aqui há dois dias, andamos aqui a algum tempo e todos sabemos muito bem como é que as coisas são feitas. Nas responsabilidades que tenho compete-me minimamente ser ponderado na forma como faço a gestão dos tempos das intervenções de cada um dos senhores deputados e é isso que eu procuro fazer. Chamei a atenção duas vezes ao senhor deputado e o senhor deputado fez ainda pior do que estava a fazer antes. Espero que esta situação não se volte a repetir. Digo nesta oportunidade relativamente ao senhor deputado, como fica para os restantes senhores deputados, em intervenções que eventualmente no futuro venham que fazer.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Presidente peço a palavra para uma interpelação à mesa. Agradecia que ficasse em ata o facto de ter cortado a palavra do deputado que teve no uso da palavra.

Presidente da Mesa – Naturalmente que fica em ata, como todos os registos ficam em ata e eu assumo as responsabilidades daquilo que faço, já agora para ficar também em ata.

Carlos Batista (PS) – Senhor Presidente, para um esclarecimento.

Como coordenador da bancada, não consegui entender como é que o senhor Presidente foi dar novamente a palavra ao deputado para cortar imediatamente a seguir. Não lhe tinha dado novamente o uso da palavra e tínhamos ficado por ali. Dá o uso da palavra ao senhor deputado para acabar a sua intervenção e depois o senhor Presidente corta novamente, isso é que não consegui entender.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Carlos Batista, agradeço que o senhor quando pretender falar peça a palavra, porque eu não lhe disse que não lhe dava a palavra, dou a palavra a todos os senhores deputados, é necessário que usem as figuras regimentais em conformidade, é só isso.



Presidente da Mesa – Passamos agora a uma recomendação apresentada pelo PAN “Criação de parques caninos” (Conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17).

**“Recomendação
Criação de Parques Caninos**

Os parques Caninos são locais próprios para a permanência e circulação de cães que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm a competência para criar, de acordo com o Decreto-Lei nº 314/2003, de 17 de dezembro.

Considerando a essência natural dos animais e a imposição da lei, pelo uso obrigatório de trela e/ou açaime quando circulam na via pública, os animais não podem legalmente ser soltos, não podem correr ou saltar, brincar livremente e, conseqüentemente não podem diminuir o risco de comportamentos agressivos e distúrbios comportamentais que, não só irão afetar o próprio animal, como também perturbar o seu tutor, as pessoas que com ele convivem na vizinhança, a higiene e salubridade dos espaços privados e públicos, sob risco de coima municipal de acordo com o Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Setúbal e o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza pública do Município de Setúbal.

Numa sociedade cada vez mais preocupada com o bem-estar animal, onde há um crescente aumento do número de animais de estimação (encontram-se em mais de metade dos lares portugueses), quer pelos seus enormes benefícios como animais de companhia para o bem-estar físico e psíquico das populações, quer por uma maior consciência social, surge a necessidade de criar uma rede de zonas de recreio e de atividades caninas de forma a potenciar a interação responsável entre pessoas e animais, num espaço público, vedado e ao ar livre e onde os cães podem expressar os seus comportamentos naturais de forma livre sem recurso a suportes restritivos, como a trela e/ou açaime, e de acordo com regras estabelecidas. Paralelamente, outros cidadãos/ cidadãs que dispensam a interação com animais também se sentem seguros e satisfeitos por não terem cães soltos a correr junto a si. O município possui já, no Jardim de Vanicelos, um primeiro espaço, com terra, limitado por uma cerca de reduzida altura, reservado ao uso de canídeos. Porém, encontra-se sem quaisquer equipamentos de enriquecimento ambiental, sombra e é de reduzida dimensão (máximo de 4 cães) e não possui bebedouros para animais o que, na prática, resulta na sua não utilização diária pelos munícipes.

Considerando que, a generalidade dos tutores de cães que residem na cidade de Setúbal, em espaço urbano, vivem em apartamentos fechados durante quase todo o dia, não detêm terreno próprio, como um quintal ou terraço, onde possa soltar os seus animais de companhia, para que estes possam correr, brincar e gastar as suas energias, a criação de parques caninos têm especial interesse na sociedade, pelo facto de serem espaços ao ar livre que promovem: uma interação responsável entre pessoas e animais, estreitando relações comunitárias; o exercício de qualidade necessário ao bem-estar canino e à sua expressão individual; a sociabilização dos cães, evitando as conseqüências nefastas da solidão, tais como stress e agressividade; uma comunidade mais segura e sadia, combatendo o sedentarismo; a requalificação de espaços.

Os parques caninos têm vindo a ser implementados em várias cidades no país (Oeiras, Lisboa, Cascais, Sintra, São João da Madeira Braga, Olhão, Matosinhos, por exemplo) demonstrado ser uma solução de baixo custo, dinamizadora de espaços públicos da cidade e bem-sucedida. Os investimentos variam de acordo com a área e com o material e situam-se entre os 10 mil euros até aos 70 mil euros, compreendendo áreas entre os 1.185 m² e 4.000 m², respetivamente.



Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão extraordinária a 27 de abril de 2018 delibera, na sequência da presente proposta do Pessoas-Animais-Natureza, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

Proceda à requalificação do espaço existente em Vanicelos para canídeos.

A criação de um parque canino piloto em Setúbal e o sucessivo alargamento a todas as freguesias do município.

Promova campanhas de higiene pública e de sensibilização junto dos tutores dos animais.

Que seja dado conhecimento da presente Recomendação às Associações de Proteção Animal do município e divulgada nos habituais locais públicos de estilo.”

João Viegas (CDS-PP) – Tal como aconteceu com a proposta do Bloco de Esquerda relacionada com o mesmo tema, também propunha que baixasse à Comissão.

Presidente da Mesa – Não havendo objeção relativamente à proposta apresentada pelo senhor deputado João Viegas vamos votar a recomendação com a orientação que foi proposta e que não teve uma posição contrária dos senhores deputados.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta de baixar à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade.

Presidente da Mesa – Temos uma recomendação apresentada pelo PAN “Não exclusão das pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos” (Conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18).

“Recomendação

Não exclusão das pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos

Considerando que:

1. A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável refere:

a) No Objetivo 4 a necessidade de assegurar até 2030 a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo aqui as pessoas com deficiência;

b) No Objetivo 10, relativo à redução das desigualdades, que duas das metas são, até 2030, em ponderar e promover a inclusão social, económica e política de todas as pessoas, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra e garantir a igualdade de oportunidades, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;

c) No Objetivo 16, a necessidade de “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis”, garantindo a “tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” e ainda a necessidade de acautelar o “acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”.

1. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que não só reconhece os direitos das pessoas com deficiência, como proíbe a sua discriminação em todas as áreas da vida e responsabilizando toda a sociedade pela criação de condições que garantam estes direitos, determina no artigo 9.º, n.º 2, alínea e) que os Estados Partes desenvolvem medidas apropriadas para “providenciar formas de assistência humana ou animal e intermediários,



incluindo guias, leitores ou intérpretes profissionais de língua gestual portuguesa, para facilitar o acesso a edifícios e a outros equipamentos abertos ao público”.

2. A Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020) sublinha a importância de eliminarmos as barreiras que se colocam às pessoas com deficiência, de modo a que estas possam usufruir de todos os seus direitos e participar na sociedade e na economia. Para tal são identificadas oito grandes áreas de atuação, das quais destacamos acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação.

3. O Relatório Anual de 2016 relativo à aplicação da Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, a qual proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, quer se tratem de atos discriminatórios por recusa ou condicionamento do exercício de direitos de qualquer índole, refere que “Decorridos dez anos sobre a publicação da Lei n.º 46/2006, verifica-se que a promoção da inclusão social das pessoas com deficiência, o combate à discriminação e a garantia da igualdade de oportunidades continuam constantemente a interpelar e lançar novos repto à aplicação desta lei”.

4. A Língua Gestual Portuguesa é a língua utilizada pela Comunidade Surda portuguesa, consubstanciando inclusivamente uma matéria consagrada na Constituição da República Portuguesa desde 1997, Lei n.º 1/97, de 20 de setembro, no artigo 74.º, número 2, alínea h), o qual dita que “na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”.

5. Segundo o artigo 2º da Lei 89/99 de 5 de julho, consideram-se Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (L.G.P.): “os profissionais que interpretam e traduzem a informação de Língua Gestual para a Língua Oral ou Escrita e vice-versa, de forma a assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes” funcionando o Intérprete L.G.P. como elo de inclusão entre as pessoas surdas e ouvintes, não podendo ser visto como algo supérfluo, mas uma necessidade premente para esta comunidade.

6. O acesso à informação e a possibilidade de comunicação são imprescindíveis para a qualidade de vida das pessoas e para o exercício dos direitos que lhes são conferidos em democracia. É essencial que as políticas e decisões garantam a ligação plena entre pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades económicas, sem condicionamentos. Acontece que atualmente não estão asseguradas as acessibilidades de pessoas surdas a todos os serviços públicos, nomeadamente ao direito à informação, não existindo por isso igualdade de oportunidades.

O grupo municipal do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) propõe que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua Sessão Ordinária de 27 de abril de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:

1. A disponibilização de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa nas sessões de plenário da Assembleia Municipal, bem como em todas as reuniões públicas de Câmara, sob um sistema de reserva prévia, a pedido da cidadã ou cidadão surdo, devendo essa mesma inscrição ser feita até 48 horas antes das sessões públicas.

2. Que avalie as necessidades de acessibilidade aos serviços públicos por parte da comunidade surda, no sentido de lhe prestar o devido apoio, auscultando as associações representativas das pessoas com deficiência, e, em especial, a comunidade surda.”

Não havendo intervenções foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.



Presidente da Mesa – Uma outra moção apresentada pelo PAN “Pelo grave incumprimento das regras de bem-estar no transporte de animais vivos por parte do Estado português” (Conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19).

“Moção

Pelo cumprimento das regras de bem-estar no transporte de animais vivos por parte do Estado Português

São vários os testemunhos que relatam os maus tratos aos animais que são transportados vivos por via marítima para países terceiros, que têm chocado os portugueses e, em particular, os setubalenses, dado que os navios partem regularmente desta cidade. Estes maus tratos revelam-se na falta de cuidados médico-veterinários, no não cumprimento das regras higieno-sanitárias, na falta de condições físicas para fazer o embarque dos animais, entre outros aspetos. As associações de defesa dos animais, nacionais e internacionais (PATAV - Plataforma Anti Transporte de Animais Vivos, ativistas do Setubal Animal Save), têm efetuado inúmeras vigílias aquando do embarque destes animais no porto de Setúbal e, como o PAN, já várias vezes denunciaram situações de grave incumprimento.

De acordo com a organização Israel Against Life Shipments, em 2016 saíram dos portos de Setúbal e Sines, em direção a Israel, cerca de 44.000 bezerros e 24.000 cordeiros. O que significa que, em média, naquele ano, 121 bezerros e 65 cordeiros foram exportados por dia em condições que não respeitam as leis europeias. Dados da Direcção-Geral de Animais e Veterinária (DGAV), revelam que entre janeiro e maio de 2017 já tenham saído para Israel 65.000 animais. Ao chegarem aos países de destino os animais são abatidos pelos métodos Halal ou kosher, ou seja, degolados quando ainda estão totalmente conscientes e morrem de uma forma lenta e dolorosa.

Por razões de saúde e bem-estar dos animais, mas também por condições de higiene e impacto ambiental, o transporte de animais em viagens de longo curso, incluindo o transporte de animais para abate deve ser evitado. Apesar disso, Portugal continua a fomentar a exportação destes animais, tornando a exceção uma regra.

Os navios de transporte de gado para países terceiros, nomeadamente Israel, partem essencialmente de Setúbal e de forma cada vez mais frequente, sendo o processo de embarque dos animais efetuado durante um período de tempo considerável, e onde são violadas diversas normas Nacionais (como a proibição do uso de bastões elétricos mais de uma vez em cada animal, o nivelamento adequado das rampas de acesso e o embarque de animais com ferimentos de certa gravidade), a violação dos regulamentos internos da União Europeia (UE) sobre segurança e higiene em alto-mar, segundo a PATAV.

Acréscce que o Diretor-geral de Alimentação e Veterinária, quando confrontado com as imagens tenebrosas da reportagem da RTP no programa “Sexta às 9”, emitido no passado dia 29 de setembro, teceu declarações sarcásticas como: “os animais não cheiram a perfume Channel” ou “os animais não dormem em lençóis de cetim”. A ligeireza das afirmações do responsável pela tutela do bem-estar animal no nosso país, proferidas em resposta a denúncias graves de maus tratos contra animais, vem confirmar que existe de facto negligência institucional nesta matéria.

Ao invés de uma tomada de decisão por parte das entidades competentes, os animais continuam a ser tratados pelo Estado Português como lixo e os interesses económicos continuam a prevalecer sobre a vida, proteção e bem-estar dos animais.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão extraordinária a 28 de abril de 2018 delibera, na sequência da presente proposta do Pessoas-Animais-Natureza:



Exigir o cumprimento do Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho de 22 de dezembro de 2004 e do artigo 13.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia pelo Estado Português, no que diz respeito à proteção e bem-estar animal no transporte de animais vivos a partir do Porto de setúbal.

Apelar ao Governo para que incentive as diversas entidades responsáveis nesta matéria a abolir o transporte de animais vivos por via marítima desde Portugal, e em particular, de setúbal, para países fora da União Europeia.

Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, bem como aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária e à PTAV e Setúbal Animal Save."

Entrou na sala a senhora Presidente da Freguesia de Azeitão, Celestina Neves.

Afonso Luz (CDU) – No geral estamos de acordo com o teor desta moção, no entanto, quer no título, quer depois na primeira das deliberações em que refere, “O *grave incumprimento das regras*”. No título e na primeira deliberação diz claramente que, “*se expressa a condenação pelo incumprimento do regulamento do concelho*”. Creio que esta assembleia não está em condições de dizer isto de forma tão taxativa. Se está a ser cumprido ou não, isso compete a outras entidades decidir sobre isso. Se a proponente concordasse sugeríamos que colocássemos pela positiva e no título da moção retirássemos “o *grave incumprimento das regras*” e ficasse apenas “*pelo bem-estar do transporte de animais vivos por parte do Estado português*”. Na primeira deliberação, se substituísse o início por “*exigir o cumprimento do regulamento*”.

Suzel Costa (PAN) – “*Pelo cumprimento das regras de bem-estar*” era assim que ficaria o título?

Em relação à parte deliberativa o primeiro ponto, importam-se só de repetir como é que ficaria?

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Tem sido também uma preocupação para o Partido Social Democrata a questão do transporte dos animais vivos, mas não podemos esquecer que a economia também é muito importante. Queremos que seja cumprida a legislação, que seja feita a verificação, mas não concordamos com o ponto dois, relativamente à abolição do transporte de animais vivos. Queremos que eles tenham todas as condições, que sejam cumpridos os regulamentos comunitários, que têm todas as medidas para esse transporte, mas também queremos que a economia e que a nossa agropecuária continue a potenciar. Por isso, estamos contra o ponto dois.

Presidente da Mesa – Recentemente a CDU, na mesma situação, deu tempo ao Bloco de Esquerda. Se houver da parte de algum grupo político alguma consideração nesse sentido!

João Luz (CDU) – Não temos qualquer inconveniente em ceder esse tempo. Mas no caso das moções, quando são colocadas questões diretamente aos proponentes e que deles depende a decisão de alterar ou não a sua proposta, julgamos que deve haver uma consideração sobre a forma de gerir este momento. Neste caso em concreto, e para continuarmos a seguir exatamente o mesmo que aconteceu anteriormente com o Bloco de Esquerda, a bancada da CDU não vê inconveniente em ceder o mesmo tempo.



Presidente da Mesa – Naturalmente que as intervenções dos senhores deputados e as posições são sempre consideráveis. Agradecia que esta questão da utilização dos tempos e nos termos em que o senhor deputado colocou, que fosse tratado o assunto na Comissão Permanente, tal como tem sido tratado as questões até agora.

Dou a palavra à senhora deputada do PAN, no tempo de 30 segundos cedido pela CDU.

Suzel Costa (PAN) – Aceitamos a alteração do título e a primeira parte da deliberação.

Em relação à segunda parte da deliberação, dizer que a nível nacional a legislação é pelo transporte de animais de curto curso, as viagens não podem demorar mais que oito horas, sendo o transporte de animais vivos em longo curso uma exceção. É isso que aqui falamos. No porto de Setúbal, só para a próxima semana, vão ser feitos cinco transportes, o que significa que deixou de ser a exceção para ser a regra, por isso mantemos o segundo ponto.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Senhora deputada não é isso que está escrito, mas sim apelar à abolição, *“abolir o transporte de animais vivos por via marítima”*.

Presidente da Mesa – Estão expressas as posições sobre esta moção. A Mesa pretende saber qual é a alteração proposta para o título e também a proposta apresentada pela CDU, no primeiro ponto da moção.

Suzel Costa (PAN) – O título fica, *“Pelo cumprimento das regras de bem-estar no transporte de animais vivos, por parte do Estado português”*. O primeiro ponto, da parte deliberativa *“Exigir o cumprimento do regulamento da Comissão Europeia”*. No que se refere ao ponto dois mantém-se *“A abolição de transporte de animais vivos”*.

Presidente da Mesa – De acordo com o que foi consensualizado o título da moção passa a ser: *“Pelo cumprimento das regras de bem-estar no transporte de animais vivos por parte do Estado português”* e no ponto um da deliberação passa a ser: *“Exigir o cumprimento do regulamento”*.

Não havendo mais intervenções a moção foi aprovada com as alterações introduzidas, por maioria e em minuta com 24 votos a favor, 20 da CDU, 2 do Bloco, 1 do PAN e 1 de AC, e 14 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Passamos à recomendação apresentada pelo PAN *“Transparência municipal, publicidade das deliberações e transmissão áudio-vídeo em direto e on-line”* (Conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20).

“Recomendação
Transparência Municipal, Publicidade das deliberações e
Transmissão áudio/vídeo em direto e online

Um modelo de gestão pública ao serviço dos cidadãos, assenta na livre e transparente transmissão de informações e na publicitação dos atos da administração pública autárquica e é indispensável num estado de direito democrático. Uma conduta ética requerida pelo interesse público, privilegia o direito à informação, a ligação à sociedade civil, a fiscalização popular dos atos públicos, a discussão informada sobre temas de interesse público, aproxima e aumenta a participação dos cidadãos nos processos de decisão.



Uma Administração Pública Autárquica de qualidade e ao serviço dos cidadãos e cidadãs exige-se transparente num estado de direito democrático. Na avaliação das políticas públicas e no combate à corrupção, a transparência municipal é fundamental e pilar da credibilidade política e pública dos órgãos executivos e deliberativos da autarquia e dos seus representantes.

O princípio da publicidade, um princípio democrático, apresenta, no século XXI novos desafios, entre eles uma opinião pública melhor informada a par de novas tecnologias de informação e formas de interação e participação popular.

Considerando que, o artigo 49.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais) consagra o carácter público das sessões dos órgãos deliberativos das autarquias.

Não obstante o Artigo 56.º - Publicidade das deliberações, da lei 75/2013, determinar, no número 2, que, além das publicações obrigatórias em Diário da República quando a lei expressamente o determine, e em edital, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, são ainda publicados no sítio da Internet, no boletim da autarquia local e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da respetiva autarquia, nos 30 dias subsequentes à sua prática.

Constata-se que as atas das sessões da Assembleia Municipal não se encontram disponíveis para consulta na página web oficial deste órgão e que Setúbal ocupa o 289º lugar no Índice de Transparência Municipal (ITM) em 309 municípios.

Tendo presente que, no novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, podem ler-se os princípios gerais da atividade administrativa, destacamos o Artigo 14.º e 17º, os Princípios aplicáveis à administração eletrónica e da administração aberta, respetivamente.

Considerando que, o número 2 da Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto (O Princípio da administração aberta) refere: “A informação pública relevante para garantir a transparência da atividade administrativa, designadamente a relacionada com o funcionamento e controlo da atividade pública, é divulgada ativamente, de forma periódica e atualizada, pelos respetivos órgãos e entidades.” E o número 3: “Na divulgação de informação e na disponibilização de informação para reutilização através da Internet deve assegurar-se a sua compreensibilidade, o acesso livre e universal, bem como a acessibilidade, a interoperabilidade, a qualidade, a integridade e a autenticidade dos dados publicados e ainda a sua identificação e localização.”

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão extraordinária a 28 de abril de 2018 delibera, na sequência da presente proposta do Pessoas-Animais-Natureza, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

A publicidade das reuniões da Assembleia Municipal através da disponibilização das atas no site do Município e o aprofundamento da informação disponibilizada no Portal referente a este órgão autárquico.

A filmagem e a transmissão áudio/vídeo em direto e online das Reuniões da Câmara e Assembleia Municipal pelos serviços do Município, através de meios e condições técnicas, disponibilizados pela Autarquia, por forma a que a referida transmissão seja visionada no site eletrónico do Município.

A utilização e a transmissão áudio/vídeo deverão ser efetuadas tendo sempre em consideração o princípio da dignidade humana, o respeito e salvaguarda da vida privada, como um direito fundamental da pessoa com o prévio consentimento dos munícipes inscritos, no período de intervenção e esclarecimento ao público;



Que seja dado conhecimento da presente Recomendação à AMA – Agência para a Modernização Administrativa e à Associação Transparência e Integridade.”

João Luz (CDU) – Relativamente a esta moção apresentada pelo PAN temos um conjunto de questões sobre a reforma e o conteúdo da mesma.

São recomendadas à câmara um conjunto de questões que são da competência exclusiva da Assembleia Municipal. A publicidade das sessões da Assembleia Municipal é uma competência exclusiva da Assembleia Municipal, não faz sentido recomendar à Câmara esta publicidade, é a Assembleia Municipal que o tem que fazer. A mesma coisa relativamente a uma eventualidade de filmagem de transmissão das sessões da Assembleia Municipal, essa é uma competência e uma decisão da Assembleia Municipal de Setúbal e não cabe recomendar à Câmara que tome medidas sobre esta matéria relativamente à Assembleia Municipal. Estamos a falar de órgãos distintos, com legitimidades próprias, com competências próprias e no nosso entender esta moção não está em condições de ser aprovada. É uma discussão que até no quadro da Comissão Permanente podemos e devemos aprofundar. Pessoalmente tenho uma posição sobre esta matéria e no quadro da CDU temos refletido um pouco sobre isto, em que devemos caminhar para a descentralização das sessões, para procurar trazer mais munícipes a estas reuniões, tudo aquilo que sejam motivos para trazer as pessoas para participarem são um ganho. Podemos aprofundar esta discussão e esta reflexão no quadro da assembleia, a forma como esta recomendação é apresentada não tem condições de ser apreciada.

Suzel Costa (PAN) – Como não tenho tempo, não posso falar, mas se substituir “serviços municipais...”

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Concordamos com aquilo que foi dito, também ia falar sobre as competências desta Assembleia Municipal.

Relativamente à recomendação fazia falta colocar as atas das reuniões da Câmara Municipal, porque essas sim, não estão disponíveis no site.

Não se encontravam na sala um deputado do PS e dois deputados do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 1 voto a favor do PAN, 21 votos contra, 20 da CDU e 1 de AC, e 13 abstenções, 8 do PS, 2 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP.

Presidente da Mesa – Passamos à saudação apresentada pelo PS “1º de Maio Dia do Trabalhador” (Conforme documento arquivado empasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21).

“Saudação

1º de Maio, Dia do Trabalhador

O Dia do Trabalhador, celebrado a 1 de Maio, tem a sua origem em 1886 nos Estados Unidos, data da primeira grande manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago e da greve geral em todo o país norte-americano.

Em Portugal, os trabalhadores Portugueses assinalaram o 1º de Maio em 1890, no primeiro ano da sua celebração internacional.

O 1º de Maio consubstancia-se, no entanto, em mais do que uma celebração internacional da união dos trabalhadores, em mais do que o reconhecimento dos primórdios das organizações



de defesa dos trabalhadores e, ainda, em mais do que no assinalar das primeiras reivindicações de direitos laborais. O 1º de Maio é a celebração de um progresso civilizacional, é o reconhecimento de que as mulheres e homens que trabalham não são números, máquinas ou ferramentas de trabalho, mas são sim, acima de tudo, seres humanos, portadores de deveres, direitos, liberdades e garantias, bem como de legítimas aspirações a condições de vida e de trabalho melhores e mais dignas.

Esta consciência coletiva surge do confronto com as condições de trabalho e com as desumanidades a que os trabalhadores foram sujeitos na era da revolução industrial. Graças ao 1º de Maio conquistou-se o direito a sermos trabalhadores que constroem e criam e a sermos reconhecidos, recompensados e dignificados pelo nosso trabalho.

A titularidade de direitos laborais é uma conquista civilizacional realizada por todos aqueles que trabalham, uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza, resultado de uma luta que persistirá enquanto existir o desejo de progresso humano.

No dia 1º de Maio, onde se assinalam tantas lutas travadas e tantas outras ainda por travar, evocá-lo e celebrá-lo é lutar pela dignificação do valor do trabalho, por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego e contra a precariedade, assim como pela igualdade entre homens e mulheres e pela constante qualificação dos trabalhadores.

Neste próximo 1º de Maio, que mais uma vez celebraremos em liberdade, saudamos e prestamos tributo a todos os trabalhadores, mulheres e homens, que diariamente constroem, com as suas mãos e esforço, a nossa sociedade em todas as áreas do trabalho e, em particular, a todas as jovens gerações que procuram, agora, o seu lugar no mundo de trabalho, nomeadamente os que lutam para permanecer no nosso país e aqui construir o seu e o nosso futuro, por um Portugal Melhor, com mais crescimento, mais e melhor trabalho e maior igualdade.”

Presidente da Mesa – Dado que os senhores deputados do Partido Socialista também já esgotaram o tempo, o único grupo político que neste momento ainda têm algum tempo é a CDU.

João Luz (CDU) – Acompanhamos esta saudação ao 1º de Maio apresentada pelo Partido Socialista, no entanto ainda falta fazer muita coisa. Ainda há pouco tivemos o elencar de um conjunto de matérias que foram feitas e que foram importantes. Importantes reposições de direitos e rendimentos dos trabalhadores portugueses, mas há matérias que são de tal forma graves e que continuam por cumprir que não podíamos deixar de assinalar. Designadamente um conjunto de normas profundamente gravosas do Código do Trabalho que o Partido Socialista na Assembleia da República insiste continuar em não alterar nesta matéria, regressando aquilo que existia, designadamente da caducidade das convenções coletivas de trabalho e o repor do princípio do tratamento mais favorável dos trabalhadores, porque aparentemente para o Partido Socialista nas relações de trabalho, trabalhadores e patrões estão em pé de igualdade. Na realidade aquilo que demonstra, é que não estão, e o Partido Socialista insiste em não repor o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador no Código do Trabalho.

Não havendo mais intervenções foi a saudação aprovada por unânime e em minuta.

Voltaram à sala os senhores deputados do PS e do PPD/PSD.



III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos quatro pedidos de intervenção do público, (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 25).

Maria Manuela Nunes – Resido em Azeitão, sou aderente do Bloco de Esquerda. Queria falar fundamentalmente de três aspetos, esperemos que tenha tempo.

A proteção à Serra da Arrábida é muito fraca, mas é um caso absolutamente fácil de resolver. Os poderes autárquicos forçavam as pessoas que fizessem obras em casa a depositarem os detritos e os escombros em sítios próprios e adequados. Tanto quanto me dizem as pessoas que vivem ali há mais tempo, no anterior mandato existiam uns contentores grandes onde as pessoas podiam colocar os destroços das obras que era posteriormente recolhido e ninguém tinha despesas com isso. De acordo com aquilo que me dizem, porque ainda moro há pouco tempo, as pessoas que fazem obras em casa são obrigadas a levar o entulho para o Choilo e têm que pagar. Para não pagar as pessoas vão colocar esse entulho, desde a Serra da Arrábida até aos Pinhais de Azeitão, por onde se passeia e se fazem caminhadas. Por todo o lado se encontram montes de detritos de obras, latas de tintas velhas e até telhados de amianto. Por essa razão pedia que estudassem um processo de evitar que isto aconteça, combatendo a origem do problema.

Gostaria de pedir a colaboração da câmara na melhoria da rede de transportes coletivos de Azeitão. Verifica-se que ir a Lisboa ou a Setúbal torna-se complicado. Os transportes coletivos funcionam com uma cadência separadíssima e quem não tem transporte próprio, as pessoas mais carenciadas, são os mais pobres que não têm dinheiro para ter automóvel, os mais novos que ainda não têm carta de condução e os velhotes como eu que não têm carro são obrigados a utilizar os transportes coletivos, que é uma odisséia. Desafio qualquer um de vocês a apanhar a camionete da Fertagus que liga Azeitão ao comboio em Coina, aquilo é quase uma hora de caminho aos saltos e solavancos nas barreiras da Quinta do Conde, sem ligarem o ar condicionado, os bilhetes são caros e as condições de transporte são péssimas. Para agravar a situação, as paragens dos autocarros estão muitíssimo degradadas, há várias paragens que nem sequer têm os horários afixados, para além do lixo que se acumula. Tudo isto poderia ser melhorado se o poder autárquico desse uma ajuda e dialogasse com os TST e com a Fertagus.

Em Azeitão continuam a existir ruas sem pavimento. As pessoas pagam o IMI alto e depois não têm pavimentos, quando chove são lagariças e no Verão são nuvens de pó amarelo, que se espalha por todos os lados cada vez que passa um carro.

Queria que fizessem o favor de me dizer, o que é que vão poder fazer em relação a estes três pontos.

Vanessa Alexandra Sequeira – Sou setubalense, fui aqui criada, é aqui que trabalho e crio os meus filhos e pago os meus impostos. Posso, portanto, dizer que tenho aqui o meu passado, o meu presente e o meu futuro.

Mas pagar os meus impostos não foi tudo o que fiz por Setúbal. Estive, estou e estarei sempre disponível para dar o meu esforço a esta terra e às suas causas e a levar mais longe o nome da minha cidade, tanto ao nível profissional como ao nível do voluntariado.

Venho aqui apresentar-me não só na qualidade de munícipe, mas na qualidade de voz discordante das prioridades deste executivo, nomeadamente, nas redes sociais.

Quando falo nas redes sociais sobre o que considero estar mal nesta cidade, faço-o para que a cidade possa melhorar, para que possa ser corrigido o que está mal e debatido o que ainda está



por fazer. Não o faço para deitar abaixo, nem por ser negativista. Faço-o precisamente, porque sou otimista: porque acredito ser possível mais, melhor e diferente.

Se até hoje não tinha vindo a nenhuma reunião da câmara ou sessão da assembleia municipal foi por ter, até ontem, acreditado que tinha sido eleita uma assembleia municipal para me representar e por ter acreditado que era livre para pensar e opinar.

Soubesse eu que, afinal, já tínhamos atingido o ponto de défice democrático em que as Assembleias eleitas não são mais do que meros órgãos pró-forma a quem não é dado o poder de representar todas as vozes de todos os cidadãos, e já me teria aqui apresentado mais cedo para defender aquilo em que acredito.

Neste mês de Abril, aqui me apresento como livre pensadora, honrando os meus antepassados que muito padeceram no antigo regime para que hoje eu possa falar em liberdade.

Nunca ofendi ninguém, nem nunca sequer permiti que ofendessem fosse quem fosse à minha frente. Sempre defendi que, podemos discordar das pessoas sem as atacar, que podemos argumentar sem ofender e muitas vezes intercedi nas redes sociais protegendo o seu bom nome apesar de ser, provavelmente, das suas mais convictas opositoras.

Mas espantosamente, dou por mim a ler num meio de comunicação local que, segundo as suas palavras, as pessoas que a contestam nas redes sociais são cobardes que não têm coragem de vir às reuniões de câmara apresentar as suas ideias cara a cara.

Pois bem, aqui estou. E a minha primeira proposta é que nos esclareça sobre o que quis efetivamente dizer nas suas declarações e para lhe dar o direito ao contraditório.

Para que, doravante, o diálogo entre câmara e municípios se possa fazer em total liberdade, sem medo de insultos ou juízos de valor de parte a parte.

Henrique Manuel Pereira – Venho falar como concessionário da Praia da Figueirinha e venho focar alguns pontos e questionar outros.

Antes de fazer o que fizeram, não vale a pena estar a nomear o que é que fizeram, porque não houve uma consulta aos intervenientes no local, ou seja, aos concessionários e aos operadores?

Como é que vai ficar quando um chefe de família, mãe ou pai, quer levar a sua família à praia os quer deixar e pretende voltar para trás?

Não está explícito se pode chegar lá deixar as pessoas e vir embora.

Há dois ou três lugares para deficientes que não são suficientes.

Fala-se em haver uma parte do parque para o concessionário, estamos a falar em mais ou menos trezentos lugares. Há outros espaços que não estão contemplados como estacionamento, mas que os concessionários podiam utilizá-los e que não retirariam lugares às pessoas que vão à praia e escusavam de ser taxados, porque os concessionários vão ter menos clientes, vão ter menos lucros e ainda vão ter mais coisas a pagar.

Uma coisa que ainda não se falou em lado nenhum, a segurança da praia. Além de outras pessoas, temos que contar com onze nadadores salvadores que normalmente têm o seu transporte, no entanto, não aparece lugar para estas pessoas estacionarem. Também não aparece como é que se vai pagar o ordenado a onze nadadores salvadores, que custam cerca de mil euros por mês cada.

Ainda não houve ninguém a propor, uma vez que a praia vai ter menos gente e vamos ter menos nadadores salvadores, estamos a falar de segurança. Já alguém pensou que o dinheiro cobrado nos parques pudesse ajudar a pagar aos nadadores salvadores?

No mês de junho e no mês de setembro, os estacionamentos vão estar vedados, as pessoas são muito menos, mas os nadadores salvadores vão ter que lá estar e ao fim do mês eles querem o ordenado e nós temos e devemos pagar.



Depois falou-se aqui num cais para a Arrábida, segundo consta está parado ou vai ficar parado, porque é que não se pensa também num cais para a Figueirinha?

Na Figueirinha não pode parar um único barco, mas se a pessoa tiver um barquinho podia ter a alternativa de ir para a praia no seu barquinho. Neste momento não há alternativas.

Se essas coisas todas estão feitas, porque é que a câmara, antes de tudo isso, não falou com os concessionários? Soluções? Foi a ideia da Câmara, tudo muito bem, mas tenho pena que a câmara não dialogue connosco.

Num dia desta semana a câmara fez, não sei ao certo se foi esta semana se foi a semana passada, chegou-me aos ouvidos que fez uma sessão de esclarecimento aos concessionários, na Casa da Baía. Não soube de nada.

Um concessionário meu conhecido perguntou porque é que não tinham chamado fulano tal e fulano tal? Responderam que se tinham esquecido deles.

Julgo que isto não é de uma câmara, porque se queriam chamar todas as pessoas para serem esclarecidas e não sabiam da existência de todos, pediam à Capitania, pelo menos temos lá o pagamento das licenças.

Estou triste, e vou fazer aqui referência a isto, porque ainda o ano passado falei com a Sra. Presidente no hastear da Bandeira Azul na Praia da Figueirinha, onde fui um bocado mal compreendido, por ter pedido à Sra. Presidente para falar com ela antes do içar da bandeira. Só pedi para lhe falar antes do hastear da bandeira, porque depois todos se vão embora e ninguém nos ouve. A senhora de certeza que se recorda disso.

Depois estavam lá um senhor e uma senhora que me ouviram e disseram que faziam a limpeza e que iriam fazer um corrimão para uma escada que lá está. Sabe o que é que foi feito? Zero. Completamente zero.

Também quero dizer que há um senhor que é salvo erro, o chefe da limpeza das praias, o senhor engenheiro que não sei o nome e tenho pena, a quem eu disse para que ele colocasse os recetáculos do lixo mais abaixo, para que os sacos não caíssem desses recetáculos.

Sabe que é que acontece? Os sacos caem e o vento de noite sacode-os e de manhã quando os homens vão lá limpar está metade ou um terço do lixo espalhado pelas praias. Nós, Setúbal praias desde a Arrábida, Creiro e tudo, contribuímos com toneladas de lixo para o mar. Por isso digo que se copie Sesimbra. Há pouco estava aquele senhor a dizer para se copiar Sesimbra, porque eles fazem a recolha do lixo no fim da tarde.

Não sei se é fácil, se é difícil, mas passem a tirar o lixo no fim da tarde por volta das 19 horas. Se pagam horas extraordinárias ao funcionário da câmara ou de outra empresa para ir às 6 da manhã fazer a recolha, também podem pagar, deve ser o mesmo valor, às 19 horas para irem tirar o lixo para dentro daqueles contentores verdes e fica tudo retirado. Porque a partir dessa hora as gaivotas vão para a praia e rasgam os sacos, fazem tudo e mais alguma coisa, de seguida vão os cães, os javalis, por aí fora, e de noite o vento leva tudo para o nosso mar. De manhã vêm as pessoas dizer-nos que está lixo na praia, dentro de água e então lá vai o nadador salvador com um camaroeiro apanhar o lixo. Isto é uma verdade.

Pensem em retirar o lixo ao fim da tarde, assim como o trator que faça a praia toda.

Presidente da Mesa – Senhor Henrique, peço desculpa, mas já ultrapassou o seu tempo, agradeço que termine a sua intervenção.

Henrique Manuel Pereira – Peço a que quem de direito na câmara, que antes de fazer qualquer coisa nas praias ouçam quem lá está e que nunca foi ouvido.



Jonas Bonaparte – Ao abrigo do artigo 51.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal, que consagra o Exercício do Direito de Petição e do disposto no artigo 52.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa e dos artigos 1.º e seguintes da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pela Lei 6/93, de 1 de março, pela Lei 15/2003, de 4 de junho e pela Lei 45/2007, de 24 de agosto, venho solicitar a Vossas Exas. a apreciação das presentes petições públicas por mim promovidas.

As petições em causa reportam a dois assuntos distintos, mas que merecem, na minha opinião pessoal, toda a atenção desta Câmara e da sua Assembleia Municipal, assuntos que merecem uma oportunidade de discussão pública pelo que o seu conteúdo tem de inovador e de garantia de defesa do bem público e do bem-estar animal.

Apresento a Vossas Exas. a petição “Não à Privatização da Arrábida”, para a criação de alternativas ao pagamento/exploração abusiva de um espaço público, situado na reserva natural da Arrábida, com 1.159 assinaturas.

As praias são um bem público de uso comum da população, dispondo sempre do livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido.

Sobre elas estende-se o domínio público em que este compreende os bens que, atendendo às finalidades de utilidade pública lhe são afetos e à coletividade a que servem os contribuintes portugueses, que já pagam o suficiente todos os meses em impostos, para daqui para a frente se verem privados de mais um espaço público.

Devem-se procurar alternativas viáveis sem privatizar o estacionamento e acesso às praias da Arrábida.

Apresento também a petição de “Criação do Provedor Municipal dos Animais”, com 253 assinaturas.

Na cidade de Setúbal existe um número considerável de animais de companhia aos quais acrescem ainda as colónias e matilhas de animais de rua.

É sentida a necessidade de desenvolver políticas municipais para a melhoria do bem-estar dos animais e de quem assume a responsabilidade de cuidar deles, bem como do cumprimento da legislação e dos regulamentos municipais, nomeadamente na higiene pública, nos comportamentos de pessoas face a animais e no apuramento da responsabilidade em matéria de fiscalização e atuação legal.

É neste contexto que urge a necessidade de criar uma figura que garanta a efetiva representação dos animais e ainda estabeleça a ligação entre municípios e associações locais com a autarquia, de modo a formarem-se sinergias que desenvolvam e aumentem as relações entre municípios, animais e município.

Para finalizar, nunca é de mais recordar que o poder local assume um papel fulcral no desenvolvimento territorial, onde cada território encontra um ponto de partida diferente, com necessidades de investimento também diferentes, e uma edilidade deve contribuir para a supressão das desigualdades e assimetrias existentes, procurando dar aos cidadãos aquilo que considera ser o verdadeiro acesso à democracia, ou seja, a promoção da qualidade de vida.

Não sei agora como é que faço para entregar aqui as assinaturas.

Presidente da Mesa – Quero agradecer a participação dos senhores munícipes, é sempre muito importante para o funcionamento da Assembleia Municipal e do Poder Local em geral, poder contar com a vossa participação trazendo as questões que entendem colocar, no sentido de os problemas poderem ser resolvidos, mesmo quando alguns desses problemas não são diretamente da competência ou da responsabilidade dos órgãos em causa.



De qualquer forma é uma expressão e um sentimento que os munícipes têm relativamente aos problemas que os afetam e que certamente afetando-os a eles, afeta este território. Por isso os órgãos municipais e as freguesias naturalmente que poderão desenvolver as iniciativas mais adequadas para junto dos poderes competentes ajudar a resolver os problemas que são aqui levantados pelos munícipes.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Relativamente à intervenção da senhora dona Manuela de Azeitão, que, segundo lhe disseram, para se entregarem entulhos ou restos de jardins no Choilo era preciso pagar. Até hoje nunca ninguém teve que pagar nada no Choilo.

A entrada de lixo, de entulhos, seja que tipo de lixo for, até hoje nunca ninguém pagou um euro no Choilo.

O Choilo é gerido pela Câmara Municipal, estão lá funcionários da câmara, mas nunca houve pagamento. Portanto, as pessoas que justificam a colocação de entulhos na Serra com essa razão é mentira. O tempo que levam em ir pôr à Serra levariam menos tempo a ir pôr ao Choilo. É uma questão de educação, de falta de civismo, não é efetivamente por terem que pagar no Choilo, porque nunca pagaram.

Relativamente aos transportes públicos, é verdade que Azeitão quase não tem transportes públicos e a junta e a câmara têm vindo a conversar e a reunir com os TST e o conhecimento que tenho é que vai haver um novo concurso, uma reconfiguração da rede de transportes públicos e Azeitão está contemplado para ter efetivamente uma nova rede de transportes públicos.

Julgo que esta questão está a ser vista a nível distrital pela AML e, de facto, Azeitão tem uma lacuna muito grande.

Rua sem pavimento, como a senhora dona Manuela disse, tenho que dizer que temos esse problema em Azeitão, mas que esta câmara tem feito um grande esforço no sentido de vir a diminuir esse problema.

O senhor vereador das obras está aqui e saberá dizer quantos milhões, muitos, nos últimos oito anos foram investidos em Azeitão em saneamento e ruas. Muito ainda há para fazer e eu estou certa que a câmara irá continuar a investir e a reforçar esse trabalho em Azeitão.

Vitor Rosa (BE) – Relativamente às matérias aqui vindas a público pelos nossos cidadãos, transcrever aqui um pouco esta preocupação latente. Julgo que já o fiz de alguma forma num artigo no jornal "O Setubalense", à questão das maiorias e aos tiques que estas maiorias absolutas trazem quando vemos uma Presidente de Câmara, através de umas declarações a um jornal da cidade o "Sem Mais", que tem uma posição contraditória àquilo que é a linha corrente de pensamento desta maioria absoluta e que passa a ser um mau cidadão de Setúbal.

Julgo que isto revela, de alguma forma, ou pelo menos nos preocupa bastante, porque o exercício democrático é exatamente esse, haver contraditório, haver uma oportunidade de termos opiniões diferentes e que se possa fazer como aqui foi feito por esta cidadã, respondendo ao repto que a senhora lançou ao vir aqui dizer de viva voz o que pensa e não numa reunião numa sala fechada.

Preocupa-nos imenso este tipo de atitude de alguém que tem essa possibilidade inerente a ser uma Presidente de Câmara, ou de outro órgão, ter acesso à comunicação social e dessa forma expressar, como a senhora expressou, esta forma de pensar em que quem diz mal, ou na sua versão ou na sua interpretação, sobre o rumo que a cidade leva, é alguém que é um mau exemplo, alguém que não é um verdadeiro cidadão de Setúbal.



Sou nascido e criado em Setúbal há 55 anos, não me recordo de nenhum Presidente, dentro do tempo da democracia que temos, ter prestado esse tipo de declarações e isso preocupa-me mais ainda, perdoa-me que lho diga, a senhora não é cidadã de Setúbal, a senhora é cidadã nascida em Almada.

Para tentar concluir, relativamente à questão do estacionamento na Arrábida penso que é elucidativo haver aqui cidadãos que de uma forma genuína e voluntária avançam para petições e que as tragam aqui.

Preocupa-me a falta de diálogo, que, pelos vistos, também continua a existir da parte da câmara, com todos aqueles que estão envolvidos ao nível da Arrábida, como os concessionários e todos aqueles a quem estas medidas, que a câmara está agora a propor em termos de regulamento, está a afetar e nem tenha havido a capacidade de comunicação.

Só para concluir, quanto à questão que a senhora Maria Manuela trouxe aqui, a questão da rede de transportes, de facto, é um problema que se coloca não só em Azeitão, coloca-se também aqui na cidade.

A outra preocupação trazida aqui relativamente a Azeitão é a questão de má pavimentação de um conjunto de ruas na zona de Azeitão.

João Viegas (CDS-PP) – Em primeiro lugar também agradecer as perguntas que foram aqui trazidas pelo público.

Em relação à Dona Maria Manuela Nunes e as preocupações relacionadas com entulhos, aqui é importante também diferenciarmos as coisas, se estamos a falar da necessidade de algumas pessoas despejarem um ou outro objeto, e outra coisa são os entulhos das obras e aí, muito sinceramente, não vejo outra forma que não seja quem vai realizar essas obras faça uma requisição para ter um contentor próprio para depositar esses mesmos entulhos.

Estamos a falar, se calhar, de situações diferentes. Uma coisa é, como deu o exemplo, uma sanita, um lavatório e eventualmente colocar junto ao contentor e outra coisa são os entulhos das obras, e estamos a falar aqui de uma quantidade significativa.

Nós, muitas vezes, também fazemos uma reflexão sobre as situações. Temos espalhados pela cidade, não será só Azeitão, um conjunto de contentores próprios para despejar entulhos provenientes de obras em prédios, em moradias, etc...

Tal como disse a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, os outros lixos são recolhidos em Azeitão e, como acontece na restante área da cidade, essa recolha é gratuita.

Quanto aos transportes públicos, também já foi aqui referida a questão das alterações legislativas, as competências que passam para as autarquias e muito sinceramente é uma oportunidade que as autarquias têm com esta alteração de competências para precisamente poder trabalhar de uma forma articulada e integrada. Não é um problema só do concelho de Setúbal, mas deverá ser articulado também com outros concelhos e termos essa capacidade de uma forma integrada de apresentarmos aquilo que poderão ser as melhores soluções de transporte e que efetivamente cumpram o objetivo de servir as populações.

Depois as ruas sem pavimento, e juntava aqui, também, a questão de muitas casas sem saneamento, que é um problema ainda por resolver em Azeitão e noutras áreas da cidade, o que também para nós é uma preocupação.

Em relação às redes sociais e à Vanessa Alexandra Sequeira dar nota que festejámos o 25 de Abril há dois dias atrás e é importante que as pessoas também saibam viver e conviver com as opiniões divergentes e parece que é um hábito que ainda não foi suficientemente aprendido. De qualquer forma, também não tive oportunidade de ler as declarações e também não me vou pronunciar.



Relativamente ao senhor Henrique Manuel Pereira dar uma nota muito sincera, apresentou aqui algumas dúvidas que, como deputado aqui nesta assembleia também as tenho, porque os membros desta assembleia não conhecem ainda as propostas da Câmara Municipal em relação ao estacionamento e em relação ao sistema de transportes.

Mas muito sinceramente, Sr. Henrique, o que é importante é criar aqui um sistema de transportes eficiente que possa permitir às pessoas, em maior quantidade, deslocarem-se para as praias. É nesse sentido que temos que trabalhar, porque o que acontecia, principalmente na Figueirinha, também não é solução, muitas pessoas iam para a praia muito cedo e de uma forma abusiva utilizavam todos os lugares de estacionamento. Isto também é uma realidade que nós temos que, de uma forma séria e serena, encontrar as melhores soluções que permitam que a maioria das pessoas possam usufruir das praias de Setúbal e ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, muitas vezes a praia também tem sido só para alguns e não para todos.

Ao termos estacionamentos pagos, então que esse valor possa servir para um sistema de transportes eficiente, não só para a Figueirinha, mas também para as outras praias.

Senhor Jonas Bonaparte, o exercício de petição é legal, tal como referiu e elencou a legislação, mas também é importante cumprir as regras do que é a apresentação das petições e julgo que deve fazê-las chegar aos serviços da Assembleia Municipal e depois nós, com outras condições, podermos agendar para que a apreciação seja feita por esta assembleia.

Pedro Vicitas (PPD/PSD) – Gostaria de começar por saudar o público a as intervenções fazendo uma menção especial à Sra. Vanessa Sequeira, porque, como disse, é mulher, mãe e setubalense e está aqui às 22h30 para vir fazer e celebrar aquilo que o 25 de Abril nos deu, que é a liberdade de expressão e de opinião. Bem-haja.

Depois dizer aqui ao Sr. Henrique, concessionário da praia da Figueirinha, que as suas preocupações também são aquelas que a bancada do PSD tem e lembrar que o deputado Costa Ferreira no início da sessão falou sobre o que o município ainda não fez, que foi apresentar globalmente e de uma forma estruturada a solução de transportes em segurança para as praias da Arrábida. Ou seja, aquilo que sabemos foi unicamente o regulamento que está em discussão para o estacionamento tarifado na Figueirinha. Ficámos também a saber que uma forma de solucionar os problemas é tarifando o estacionamento.

Relativamente ao que disse sobre a limpeza, diz-nos também muito, porque ainda hoje, como puderam ouvir, nós apresentámos aqui uma moção que falava relativamente à qualidade das areias. Talvez por eu, a nível profissional, ter estado ligado durante muitos anos a quem fiscalizava as praias e trabalhava diretamente com os concessionários, percebo bem a sua preocupação.

Sesimbra é também ela governada pela CDU e deve ser um exemplo que o Município de Setúbal devia seguir, porque mesmo no inverno as máquinas de limpeza das areias trabalham nas praias da Califórnia, na Praia do Ouro e na Prainha e todos os dias eles vão fazer a limpeza, por isso, têm um turismo de qualidade relativamente às praias.

E é isso que nós, quando aqui apresentámos aquela moção que os senhores recusaram, que ao fazermos a análise das areias conseguirmos demonstrar se elas estão ou não estão em condições, se estão ou não estão a ser limpas, porque a limpeza das areias faz o arejamento das terras e faz com que os microrganismos sejam eliminados pelo calor e pela luz solar. Por isso é que nós apresentamos a moção.

É uma preocupação sobre como é que vai ser feito os transportes. Vou aqui, enquanto deputado e a nível pessoal, dizer que os meus pais têm quase 80 anos e eu frequento a praia da Figueirinha desde que nasci, utilizo muitas vezes os concessionários e levo os meus pais de



carro na altura de setembro, porque eles vivem na Quinta do Anjo. Não estou a ver como é que vou fazer, eu, mulher, dois filhos, o meu pai e a minha mãe com quase 80 anos terem que ficar à espera de um autocarro para sairmos da praia às sete ou às oito ou às cinco ou às quatro da tarde.

Percebo bem, é uma preocupação nossa, estamos convosco e iremos também tentar resolver.

João Afonso (CDU) – Em primeiro lugar agradecer e saudar o conjunto de intervenções dos munícipes neste período, que é o período próprio e indicado para esta troca de opiniões e de impressões sobre questões que aqui nos trazem e que são relevantes para o conjunto da cidade. Relativamente às questões apresentadas pela senhora Maria Manuela Nunes sobre a Arrábida, há, para além das questões colocadas, uma outra matéria que já temos referido por diversas vezes aqui nesta Assembleia Municipal e que se prende com a total ausência de meios adequados à vigilância no Parque Natural da Arrábida e o ICNF sem condições para cumprir a sua missão. Essa é também uma questão que nos tem preocupado e uma exigência que temos vindo a colocar sucessivamente aos vários governos.

Em relação ao tema dos transportes já foi colocada a questão da renegociação dos contratos de concessão, da transferência para as autarquias destas competências e de algumas hipóteses de trabalho que se apresentam. No entanto há uma matéria que importa referir, fruto de um conjunto de processos políticos neste país, o transporte tem pouco de público e tem muito de privado e estão em confronto sistematicamente duas visões sobre esta matéria. Aquilo que é a visão das entidades privadas a quem foram dadas estas concessões e que visam o lucro e aquilo que é, e que entendemos ser, a real necessidade de um serviço público a ser prestado às populações.

O papel e o compromisso desta bancada e da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal é, por todas as formas, tentar fazer valer o serviço público e a lógica de serviço público que, aliás, não corresponde a uma questão que é verificada hoje, no concreto, em que os transportes públicos servem para levar a pessoa de casa para o trabalho e do trabalho para casa.

Qualquer pessoa neste concelho que queira, por exemplo, do ponto de vista cultural aceder a um espetáculo à noite na cidade tem graves problemas de acesso em ter um serviço público disponível para tal. Porque, mais uma vez, a lógica que tem imperado ao longo destes anos, fruto, volto a dizer, de uma opção política clara de sucessivos governos que foi a privatização do serviço público de transportes.

Relativamente às questões aqui colocadas pela Sra. Vanessa Sequeira também uma referência. São questões e existe aqui um quadro de opinião sobre uma determinada polémica, a meu ver, empolada, mas há uma lógica diferente e há um significado diferente entre o que é criticar e divergir das opções do executivo municipal e da maioria da CDU nos órgãos municipais e a ofensa e a mentira seriam utilizadas como arma política, muitas das vezes ao abrigo do anonimato.

São questões profundamente distintas e acho que estaremos todos de acordo sobre isto, que nem sequer é matéria controversa. E da leitura até parcial, porque é um conjunto de apanhados de uma intervenção da Sra. Presidente da Câmara, em que surge uma afirmação que é *“Deem a cara para discutir as coisas de forma saudável e sem ofensas”*.

Ora, eu não vejo em nenhum destes momentos nada que contrarie aquilo que é o espírito da discussão democrática e livre dos assuntos que dizem respeito a este município. Não vejo em nenhuma destas afirmações um problema qualquer com as opiniões diferentes e divergentes, há um apelo para a discussão saudável das matérias e do trabalho que é feito na câmara.

Não temos problema nenhum em lidar com a crítica, com as divergências, temos até reconhecido aqui, em diversos momentos, a importância e a validade de muitas das questões



que aqui são trazidas por outras forças políticas, pelos munícipes que aqui vêm colocar questões e parece-me que se está claramente a empolar uma não questão.

Nesta discussão também é importante ver quem é que está do lado do quê e quem é que intervém de determinadas formas. Não deixo de colocar aqui uma questão de fundo, ainda hoje aqui nesta assembleia fui surpreendido por uma intervenção de um deputado do Bloco de Esquerda que considero do mais chauvinista que já ouvi aqui nesta assembleia, só faltou dizer “Setúbal para setubalenses”. É a lógica do não nasceu cá, eu é que sou cá nascido e criado e vindo de quem vem e da área política que veio é com tal espanto e estranheza que não deixo de registar a intervenção profundamente lamentável do senhor deputado aqui nesta assembleia.

Setúbal foi e é uma cidade inclusiva, recebeu gente de todo o lado, continua a receber e orgulha-se disso. Um deputado do Bloco de Esquerda nesta assembleia fazer uma afirmação desse calibre é de todo, na minha opinião, lamentável e não deixo de a referir.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Henrique Pereira sobre as praias e à questão da Figueirinha em concreto, não sei se do ponto de vista da informação e da comunicação para o conjunto dos munícipes está devidamente esclarecido, mas estamos neste momento no período de discussão pública e não há decisões nenhuma.

O senhor trouxe aqui um conjunto de ideias, de observações que considero extremamente relevantes e que julgo que devem fazer parte deste processo de discussão pública e era importante que algumas destas matérias pudessem ser traduzidas e anexas ao processo e ao regulamento que está em discussão pública para que nós, na própria Assembleia Municipal, quando viermos a discutir o regulamento e decidirmos a proposta final possamos ter em conta o conjunto de preocupações, de propostas que foram aqui trazidas.

Ao contrário até de alguma sensação que tenho nesta discussão, não estamos perante uma proposta fechada, é uma proposta que é aprovada na câmara para produzir este efeito de discussão pública e é este o momento, de facto, para discutir.

Esta questão coloca-se precisamente em relação à petição apresentada pelo Sr. Jonas Bonaparte. Este é o momento de discussão pública e muitas das questões que são colocadas sobre esta matéria, designadamente no conjunto de preocupações que aqui colocou, para além do que poderá ser a apreciação da assembleia relativamente a uma petição, neste momento, devemos-nos escusar até de emitir opinião sobre essas matérias, uma vez que estão em fase de discussão pública, e que devem até acompanhar e fazer parte deste processo.

Há, no entanto, uma questão que se prende apenas com o nome da posição relativamente à privatização da Arrábida. Quero dizer que fui já várias vezes privado de usar as praias da Arrábida por um uso selvagem do estacionamento sem condições nenhuma, com perigos do ponto de vista da proteção civil e riscos para o ambiente derivado à utilização do carro e da viatura individual. Não vejo neste processo nenhum aspeto de privatização, antes pelo contrário, é a garantia de que todos podemos usufruir das praias da Arrábida e toda e qualquer proposta que vise melhorar e contribuir para uma melhoria do projeto que está em discussão, pessoalmente e no quadro da CDU, consideramos que é uma mais-valia para este processo.

Quanto à outra petição sobre criação do provedor dos animais, novamente e independentemente de uma apreciação por parte da assembleia, apenas lembrar que já houve uma proposta apresentada a esta Assembleia Municipal tendo sido rejeitada com um conjunto de argumentos que, na altura, foram aduzidos a essa discussão.

Manuel Fernandes (PS) – Quero também manifestar o meu agradecimento pelo facto de alguns cidadãos terem-se dirigido à assembleia e aos órgãos deste município em liberdade.



Vivemos o 25 de Abril e o tempo do 25 de Abril já lá vai, mas felizmente ainda o vivemos com alma e esta assembleia é demonstrativo disso.

Quero começar então pela intervenção da Sra. Vanessa Sequeira, a qual já foi aqui comentada pelos colegas que me antecederam, e que vem no sentido de cumprir Abril. Cumprir Abril, no sentido de vir aqui de livre voz, sem pressões e sem qualquer problema ou estigma dizer que foi manifestamente agredida de uma forma verbal, nas redes sociais e que se sentiu ofendida e veio-se defender aqui, ao sítio onde a democracia permite que se defenda.

Agradeço a coragem, enalteço o seu gesto, a sua atitude, porque evidentemente, não tinha, até à altura da sua intervenção, a oportunidade de ler as intervenções às quais se referia e agora depois de lê-las percebo completamente a sua intervenção.

Já agora devo dizer que não consigo compreender a sequência da intervenção do senhor deputado que me antecedeu, que apenas falou no último parágrafo que é o mais simples. Possivelmente não deve ter reparado no parágrafo onde diz que *“É pura cobardia, aqueles que criticam, que são pessoas com atitudes negativistas e cobardes”*, se isto não é ofensa... Está aqui! Está aqui, está dito, está escrito. Foi isto que foi dito e foi por isto que a Sra. Vanessa, obviamente, veio aqui manifestar-se.

Relativamente às intervenções dos outros cidadãos, devo dizer que existe um diagnóstico já feito há muito tempo das condições da Serra da Arrábida e daquilo que tem sido o *status quo* do caos instalado em termos de estacionamento, condições de acesso à praia, condições até, tal como disse o Sr. Henrique em relação aos lixos, a limpeza das praias, a limpeza das bermas das estradas, a limpeza do areal.

Há aqui uma série de propostas que estamos à espera que venham da discussão pública e do que será a proposta final do executivo para se poder, sim ou não, aperfeiçoar. Obviamente que nós temos um ponto de partida, que é aquilo que tem estado a acontecer nos últimos anos e que não pode voltar a acontecer e, por isso, é natural que existam algumas propostas que possam suscitar aqui alguma celeuma em relação à opinião pública no que diz respeito, por exemplo, à interrupção da mobilidade durante um determinado período sazonal.

É compreensível que se tomem algumas medidas drásticas, agora, elas não podem ser tomadas nem de ânimo leve, nem de forma ligeira, têm que ser contextualizadas e complementarizadas com outras medidas que venham a ser tomadas no sentido de a acessibilidade às praias não ser vedada a ninguém.

Há quem diga que as praias são o sítio mais democrático que existe ao de cima da terra, porque na praia todos tiram a roupa, ali mostra-se quem é velho, quem é novo, quem é gordo, quem é magro, quem é bonito e quem é feio, ali as pessoas são todas iguais. É um sítio democrático e como tal a ninguém deve ser vedado o acesso às praias.

De acordo com as propostas finais, obviamente que teremos um juízo e avaliaremos tendo em conta aquilo que tem sido o diagnóstico dos últimos anos.

Não sei porque razão existe esta reação, mas enfim.

A mobilidade é um problema que também tem sido diagnosticado e já muitas vezes levantado nesta assembleia, também está por aplicar o Plano de Mobilidade para o concelho. Também não nos oferece grande surpresa aquilo que tem vindo a acontecer com imensas questões levantadas por cidadãos de Azeitão, quer seja em relação à mobilidade, quer seja em relação a outro tipo de questões que têm sido levantadas e, salvo erro, no mandato anterior em todas as sessões da Assembleia Municipal vieram aqui com problemas trazidos sobre Azeitão. É natural, porque existe algo em Azeitão que ainda tarda em acontecer, que é um *volte face* no que diz respeito à melhoria das condições de vida da população e por isso as pessoas manifestam-se e bem e vêm ao sítio certo que é a Assembleia Municipal.

Neste sentido compreendemos aquilo que os cidadãos aqui trouxeram.



Presidente da Mesa – Dou agora a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Suzel Costa (PAN) – Peço desculpa, mas tinha pedido para exercer o meu direito de falar.

Presidente da Mesa – Senhora Deputada isto tem uma ordem de inscrição, a senhora acabou de se inscrever, seguem-se aqui também as regras da democracia.

A Sra. Presidente dá-lhe permissão para que a Sra. Deputada intervenha.

Suzel Costa (PAN) – Muito obrigada. Agradecer aos cidadãos e às cidadãs que se deslocaram a esta sessão da Assembleia Municipal para exercerem o seu direito e o seu dever como cidadãos e cidadãs e apresentarem as suas preocupações e reivindicações.

A cidadania não se esgota, de facto, no ato de votar e nem se vive apenas de uma rede social. Aproximar os cidadãos da vida política é indispensável num estado de direito democrático ao serviço sempre dos cidadãos e das cidadãs.

De facto, as redes sociais são uma plataforma, tanto para a promoção e divulgação, mas também um local para o contraditório. Exige-se sim que este seja um contraditório saudável e regular pelo princípio da não-violência, neste caso a violência verbal.

Em relação ao Sr. Henrique Pereira e em relação às praias sobre o trânsito condicionado já aqui falei, mas em relação às limpezas da praia isso é notório para quem as faz regularmente em ações pontuais.

Imputa-se, muitas vezes, os problemas da Arrábida, das areias e do mar aos animais selvagens que já lá existem antes de nós, esquecendo que somos nós que contribuímos para que eles desçam às praias. Somos nós que contribuímos quando não recolhemos o lixo e o deixamos nas nossas praias, como aqui foi dito. Partilho das preocupações do Sr. Henrique Pereira, essencialmente, na recolha dos lixos.

Presidente da Câmara – Vou começar aqui pelo senhor deputado Carlos Batista, mas repetirei depois na presença dele o que vou dizer agora.

A Sra. Presidente da Câmara não manda na Assembleia Municipal ao contrário do que ele ali estava a dizer, a Sra. Presidente da Câmara sugeriu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que a Sra. Deputada do PAN pudesse usar da palavra, porque se fosse a última podia pôr alguma questão que eu tivesse que responder. Foi por isso que dei a prioridade à senhora deputada do PAN. Sugeri e, portanto, não admito este tipo de insinuações. Direi ao Sr. Deputado Carlos Batista exatamente aquilo que estou aqui a dizer em público.

Depois começar por algo que é um pouco preocupante em Azeitão. Além do que já foi respondido pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia e do que foi respondido por outros deputados, faltou ainda dizer uma coisa extremamente importante. Primeiro, foram feitos investimentos em Azeitão como nunca aconteceu. Azeitão tinha mais de 300 ruas por asfaltar, neste momento tem 80 ruas por asfaltar, portanto o investimento não está acabado.

As pessoas têm direito a esta melhoria das suas condições de vida, mas nestas últimas ruas que estão por asfaltar há muitas ruas que ainda estão a ser levantadas em relação às casas que estão ilegais. Há muita casa ilegal e nós estamos a fazer um levantamento, não é justo que algumas casas que estão em AUGIS, estou-me a lembrar de uma rua que é enorme e só tem uma ou duas casas legalizadas e as outras não o estão, irem usufruir do mesmo que os outros que pagaram os seus impostos e que legalizaram a sua casa. Não pode ser, não é? Neste momento estamos a fazer um levantamento de todas essas situações.



As ruas que já estão na totalidade ou que faltam uma ou outra casa, porque há pessoas que não podem mesmo legalizar a sua casa, vão ser resolvidas e as outras ainda estamos a ver com as pessoas como é que vamos resolver.

Não foi ainda aqui colocada esta questão, mas é uma questão pertinente e que nos preocupa, são das maiores que estão por resolver e há lá muitas casas que são casas de segunda habitação, são casas de pessoas que nem sequer respondem às notificações da câmara com o maior desrespeito. São casarões que estão a tirar eletricidade aos postes de eletricidade da rua. Fui lá vê-las, autênticos palacetes e não pagam coisa alguma e nem respondem às notificações no sentido de começarem a legalizar as suas casas. É evidente que nós não podemos tocar nessas ruas.

Há casos e casos e o levantamento está a ser feito por parte do urbanismo e por parte das obras municipais para resolvermos estas 80 ruas que ainda faltam.

Agora vir aqui com alguma demagogia dizer *“coitadas das pessoas de Azeitão, não tem havido investimento”*, quando foram os governos que por aqui passaram do Partido Socialista que nunca fizeram aqueles investimentos, é por demais demagógico.

Em relação à Sra. Vanessa, repito o que disse, porque não me venham dar aulas de democracia. Não me venham dar aulas de democracia, nem de respeito, nem de boa formação. Respeito, educação, formação deram-me em casa e a democracia fui aprendendo com o tempo.

Andei muitos anos a dar a cara com muitos problemas, pertenci a comissões de moradores, pertenci a autarquias, coletividades, estou aqui no Poder Local a dar noites e noites a cara pelos problemas, mas dava a cara. Dei sempre a cara. Quando há um problema eu estou lá e o povo de Setúbal sabe que é verdade.

Fiz muitas reuniões na Bela Vista, fomos “maltratados”, porque as pessoas sofriam, não confiavam nos políticos e foi um início muito duro. Nunca fiquei ofendida por tudo aquilo que as pessoas diziam, porque era verdade o que elas sentiam, e, portanto, não me incomodava coisa nenhuma, e estava lá no dia a seguir e no dia a seguir e no dia a seguir até termos o resultado que lá temos e vou continuar a lá estar todas as vezes que forem precisas. Todas as vezes que forem precisas aqui estarei consigo, com outras pessoas que queiram discutir de forma positiva tudo e mais alguma coisa. De forma positiva não quer dizer que tenham que concordar comigo, as pessoas têm direito à sua opinião e são livres de o fazerem e ainda bem que são livres de o fazerem.

Agora, na base da ofensa, não! Chega! Ando aqui há meses ou anos a suportar ofensa. Chega! Há pessoas que não se conhece quem são porque se escondem atrás de uma rede social. Não foi para isso que foram criadas as redes sociais, não foi para isso, de certeza absoluta. As pessoas podem ter a sua opinião, que não tem que ser igual à minha, nem tem que ser igual à da câmara, mas não têm que ofender. Não têm que ofender!

Foi nesse contexto que fiz essas afirmações, já numa situação de desespero, porque não têm que ofender. Não ofendo ninguém, não vou para as redes sociais ofender ninguém e não admito que ninguém me ofenda a mim nem a qualquer camarada meu.

Foi por isso que, já em situação limite, eu disse, “Chega!”, e algumas pessoas já estão com processo em Tribunal, como é óbvio. Já chega!

Não estou aqui a dizer que as pessoas não devem ir para as redes sociais, o que estou a dizer é que as pessoas não devem ofender. Se querem ofender, então que venham às reuniões de câmara. Dou-lhe os parabéns por estar hoje aqui a dizer exatamente o que veio aqui dizer. Isso é um ato de coragem.

Cheguei aqui atrasada e já tinha começado a sua intervenção. Não sei se colocou mais alguma questão além desta?



Isto é um ato de coragem e dou-lhe os parabéns. É exatamente aquilo que costumo fazer, foi exatamente por isto que aconteceu o 25 de Abril.

Não aceito lições de democracia do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Não aceito. Eu não sou de Setúbal e a candidata do Bloco de Esquerda era de Setúbal? Nem sabia onde é que era o forte da Bela Vista.

A candidata à Câmara Municipal do Bloco de Esquerda era Setúbal?

Não sou de Setúbal, mas adotei esta cidade como minha cidade. Foi nesta cidade que comprei imóveis, pago o IMI correspondente a cada um deles, aqui criei empresas e postos de trabalho. O que é que o senhor fez em Setúbal? A não ser demagogia e a não ser campanha eleitoral? Nada! Nada! O que é que o senhor fez em Setúbal? Zero.

Demagogia dessa barata dispenso.

Tenho tanto direito a ir fazer uma entrevista para um órgão de comunicação social, naquele caso um jornal, como o senhor tem direito a fazer os seus comentários políticos num órgão de comunicação social. É a sua opinião e eu tenho direito à minha.

Nunca vim aqui dizer que o senhor escreveu isto ou escreveu aquilo, posso ou não estar de acordo com o que o senhor escreveu, mas nunca aqui vim dizer, nem escrevi em lado nenhum se estou ou não estou de acordo. Porque se me ofender, seguirá os mesmos trâmites que os processos das outras pessoas estão a seguir.

Em relação ao senhor concessionário da praia da Figueirinha, não é bem assim como o senhor está a dizer e sabe que não é bem assim, não disse a verdade toda. Custa, não custa? Custa não poder dizer a verdade toda, porque há limites em relação à seriedade e a Câmara Municipal de Setúbal tem uma equipa multidisciplinar que está a tratar do assunto. Não sou eu que estou nessa equipa, mas defendo-os com unhas e dentes. Tem um técnico de quase todos os setores nessa comissão multidisciplinar a tratar de uma coisa que nunca ninguém se preocupou, nem o senhor quando lá estava antes de nós tomarmos conta da praia.

Ou seja, o senhor quando lá estava, antes de tomarmos conta da praia, tinha um trânsito todo desregulado, era sujo, o senhor queria mais coisas na praia que não lhe estavam a ser concedidas, etc., etc... Muita coisa, e ficamos por aqui.

O senhor sabe muito bem que essa equipa multidisciplinar, que tem feito um trabalho exemplar, que é reconhecido pelo ICNF, pela APA, pela Polícia Marítima, pela Capitania, pela APSS, por toda a gente que faz parte também dessa comissão. Não estou a dizer que eles não tenham algum erro, não estou a dizer que este ou aquele elemento que deveria ter convidado esta ou aquela pessoa não tenha falhado, não posso precisar isso.

O senhor quando tentou falar, com um desrespeito por todas as pessoas que estavam ali para içar a bandeira, eu disse-lhe para aguardar e que depois falávamos, mas o senhor achou que era mais importante do que todas aquelas pessoas. Falei consigo a seguir, as pessoas que estavam comigo disseram que iriam reunir consigo, não sei se fizeram ou não a reunião, o que sei é que os concessionários têm estado a ser chamados para discutir as questões das concessões.

Como pode imaginar há concessionários que já perderam as concessões, não sei se é o seu caso, e mesmo assim a Câmara Municipal está a deixá-los ficar lá, porque têm postos de trabalho para garantir. Vá-se lá saber se em relação à limpeza não deram os melhores exemplos. Mas antigamente pagavam aos nadadores-salvadores e agora não pagam? Porquê? O que é que temos a ver com isso?

Quando as concessões passarem para a câmara vai ser outra discussão e não sei exatamente em que moldes. Todos esses assuntos vão ser discutidos com as pessoas, porque nunca virámos as costas a ninguém. Nunca! E eu ainda muito menos.



Se a Vanessa hoje está aqui às 22h30, ainda bem que ela cá veio, eu saio daqui quase todos os dias depois das dez e meia da noite e atendo, atendo até à exaustão todas as pessoas.

Com certeza que falaremos com todos, se não for aquela comissão, se houver algum concessionário ou ex-concessionário, as pessoas só têm que me vir pedir se os posso atender. A qualquer hora, trabalho aos sábados, aos domingos, há hora do almoço. Não há problema, atendo todos, mas faltas de educação, não, obrigada. Ofensas, não, obrigada. Na cara, no olho. Depois conte a verdade toda, convém, porque se não há aqui aproveitamentos políticos e hipocrisias que são escusadas.

É melhor contarmos tudo. Tudo! Para depois pormos assim no prato da balança e não dar confusão.

Em relação ao Sr. Jonas Bonaparte, já aqui foi dito que não há privatização da Arrábida, a Arrábida nem sequer é nossa e se fosse nossa também não havia, como é óbvio.

Se está a falar do parque de estacionamento e se acha que aquilo é um parque de estacionamento, um parque que foi concessionado à Santa Casa da Misericórdia de Azeitão e que punha lá os escoteiros a receber dinheiro e que muito desse dinheiro não chegava à Santa Casa da Misericórdia. Sei o que estou a dizer.

A parte lá debaixo não era estacionamento, coisa nenhuma, não era estacionamento, aquela lama ou aquela terra, dependendo da época do ano, etc., etc...

O que solicitámos ao ICNF foi que pudéssemos gerir e organizar aquilo e a parte debaixo ser arranjada.

Estamos em tempo de discussão pública, as pessoas podem dar a sua opinião e as suas posições que contribuirão, com certeza, para esse processo.

Acho que foi um bom trabalho, mas dizer “privatização da Arrábida” é um bocado forte. Limpeza, manutenção e segurança, temos que ter aqui outras entidades connosco, porque a Arrábida tem que ver com todos nós, mas a responsabilidade não é exatamente de nós.

Em relação ao Sr. Deputado Pedro Vieitas, é só lembrá-lo de uma coisa, peço desculpa, mas vou ironizar um bocadinho “*Coitada da Dona Manuela, os transportes*”. Pois é, mas tem mesmo razão, estou a dizer sinceramente que tem razão. Mas o Deputado Pedro Vieitas, já agora convém informar, é de um partido que se chama Partido Social Democrata, sabe o que é que este partido fez quando estava no Governo? Desmantelou a Autoridade Nacional de Transportes, porque nessa altura o Governo ainda tinha mão nos operadores, controlava-os. Quando havia queixas dizia aos operadores como é que queriam, regulava os preços dos transportes, regulava as carreiras, o número de carreiras, se podiam ser ou não suprimidas, este tipo de coisas. E o Partido Social Democrata acabou com isto e disse aos operadores para tomarem eles conta. E este senhor pertence a esse partido e depois vem aqui dizer “*Coitada*”, “*Estou muito preocupado com os transportes*”. É só para informar, porque as pessoas têm o direito de saber, que este partido desmantelou a Autoridade de Transportes.

Hoje a Área Metropolitana de Lisboa está a fazer um trabalho muito intenso com os 18 municípios que a compõem para articular todos os transportes para que não haja um passe da coroa tal, um passe da coroa tal e que não haja a disparidade de preços que existem, para que hajam mais carreiras, que hajam carreiras onde não existem, uma vez que algumas foram suprimidas nos últimos anos e criar novas.

A Câmara Municipal de Setúbal, já indicou todas as fragilidades e todos os problemas que Setúbal inteiro tem, para o Sado, para a Gâmbia e para Azeitão, que são as chamadas freguesias rurais as que mais sofrem. Já indicámos à Comissão que está a trabalhar na Área Metropolitana para a questão dos transportes. Espero que nessa comissão alargada, rapidamente se possa vir a resolver o problema.



Já agora dizer que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia e o seu executivo andam já há algum tempo a tentar minimizar o problema das aldeias, especialmente das pessoas que não vivem no centro de Azeitão com a possibilidade de pôr um carro mais pequeno que passe pelas aldeias.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança

A Segunda Secretária fez a chamada e os que estavam presentes vieram à frente para tomar posse, fazendo o juramento e assinando a ata, conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata.

2. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de Janeiro-Fevereiro-Março 2018

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento arquivado em pasta anexa à presente ata registado sob o n.º 27.

João Viegas (CDS-PP) – Não vou aqui fazer nenhuma análise exaustiva do relatório de atividades, até porque julgo que ele tem muita informação e é relevante, ia sugerir, eventualmente, ao executivo que acrescentasse, visto que nos protocolos de execução, quer com os contratos interadministrativos com as juntas de freguesia, a obrigatoriedade de produzir um relatório trimestral e que pudesse constar também no relatório de atividades.

Isto porque, na minha opinião, facilita quando estamos a fazer a análise, nomeadamente a questão das calçadas, há aqui um conjunto de intervenções que foram feitas pela própria Câmara Municipal e que estão protocoladas com as Juntas de Freguesia e pode causar alguma confusão.

É certo que há áreas que estão definidas, que são da competência da Câmara Municipal, são da competência das Juntas de Freguesia, e como é óbvio não estamos sempre a consultar os mapas e se as ruas constam ou não constam dessa relação, mas se tivermos essa informação tornava-se também mais fácil.

Depois na prestação de contas, temos um resumo daquilo que foi feito ao longo do ano, mas tornava-se mais fácil, na minha opinião, para os membros desta assembleia também poder fazer essa análise trimestralmente.

Suzel Costa (PAN) – Na página 55 do relatório de atividades, encontramos mais uma vez um elevado número de animais eutanasiados à semelhança do outro relatório de atividades, cujos números não consigo compreender e gostava que alguém conseguisse explicar. Temos 13 canídeos e 15 gatídeos eutanasiados, enquanto que os adotados foram 29 e 8 respetivamente. Há aqui uma clara distorção do que diz a Lei 27/2016 e gostava que nos pudessem explicar. Também não há nenhuma informação acerca dos animais esterilizados, se os animais que são adotados foram ou não esterilizados.



3. Deliberação n.º 86/18 – Proposta n.º 01/2018 – GAF – Adenda à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021 – Artigo 7.ºA – “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros”. Parque de Merendas da Comenda

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 de AC, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

João Viegas (CDS-PP) – Antes de mais quero fazer uma pergunta relacionada com este acordo de execução, a Sra. Presidente e os senhores vereadores conhecem de que forma é que a União de Freguesias depois resolve, que medida é que tomou para assegurar a execução deste acordo e se concordam com a mesma.

Fátima Silveirinha (Vogal da Junta de Freguesia de São Sebastião) – É só dar nota, que, entretanto, este assunto já foi discutido em Assembleia de Freguesia, tendo sido aprovado, e dizer que isto vem na continuidade do que já tem sido feito, porque este assunto já vem do mandato anterior, e vai continuar a ser como era anteriormente num protocolo estabelecido com a Associação de Reformados e Bem-estar Social da Anunciada.
É no sentido de continuidade que, apesar de tudo, tem vindo a ser feito desde janeiro, apesar de só agora estar a ser aqui discutido.

João Viegas (CDS-PP) - Não ouvi a opinião do executivo da Câmara Municipal de Setúbal, de qualquer forma é importante referir que nós analisamos e aprovamos nesta assembleia estes acordos de execução. Por princípio, o CDS é sempre favorável a esta descentralização de competências, mas tal como acontece no país com as descentralizações de competências, estes acordos de execução também devem ser avaliados e analisados, para depois não termos aqui nenhuma ultrapassagem.

É bom informar aqui esta assembleia que em relação a este acordo de execução, à partida, não vemos aqui nenhum problema e aprovamos sem dificuldade nenhuma, pois é transformado na União de Freguesias com um acordo com o Centro de Bem-estar Social em que são colocados idosos, ou seja tipo patrulheiros, a desempenhar estas funções.

Quando aqui, neste acordo de execução, que é para proceder à limpeza da fossa séptica, constitui responsabilidade a manutenção do espaço, etc., depois o que acontece no protocolo que a Junta de Freguesia faz é desenvolver uma ocupação ativa dos reformados e idosos e depois num protocolo, que é feito também com esta associação, um ou dois idosos para desenvolver esta atividade com horários definidos, sem uma preocupação como é que as pessoas se deslocam para lá.

Desde sempre defendemos também, mesmo em termos dos patrulheiros, a boa intenção do executivo em desenvolver esta ação. Agora transformar aquilo que é um trabalho reconhecido dos patrulheiros num posto de trabalho ou em dois postos de trabalho é que me parece já uma forma abusiva.



O que está escrito neste protocolo com o Centro de Bem-estar Social não é mais do que um contrato de postos de trabalho, numa forma enfiada, independentemente da Junta de Freguesia ou da Assembleia de Freguesia ter ou não ter aprovado.

O CDS há dois anos que sucessivamente coloca esta questão e ela é sempre ultrapassada desta forma. Entendemos e até a própria bancada da CDU, é um alerta que fica, as preocupações laborais, a precariedade no trabalho, mas isto é utilizarmos um instrumento que está a ser posto à disposição das freguesias e transformá-lo em algo que não tem nada a ver com aquilo que está a ser protocolado com a Câmara Municipal.

Este é um alerta que tem que ficar. Esta opinião foi transmitida também na Assembleia de Freguesia, o executivo da Junta de Freguesia o ano passado e este ano voltou, pura e simplesmente, a ignorar o que lhes estavam a dizer. Isto é uma ultrapassagem, portanto, é muito importante começarmos a ter os relatórios trimestrais do que é feito pelas Juntas de Freguesia para percebermos.

Entretanto a Câmara Municipal tem aqui no protocolo os 12.400 euros por ano e a Junta de Freguesia paga ao Centro de Bem-estar 12 mil euros. A diferença não é assim muita, mas são mil euros por mês para dois reformados. É o que está no protocolo com a Associação do Centro de Bem-estar com horários definidos, ou seja, nem sequer está assegurado o trabalho ou a prestação de qualquer serviço ao fim de semana e a informação que temos é que esse serviço até está a ser prestado.

Não percebemos como é que depois este protocolo tem esta sequência, daí a minha pergunta.

Fátima Silveirinha (Vogal da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Senhor Presidente só volto a falar, porque penso ser importante que fique aqui esclarecido algumas questões. A pessoa que está lá, que é reformado, que foi inclusive trabalhador da autarquia e que em tempos esteve lá também, e o trabalho que essa pessoa lá desempenha é um pouco também no sentido do que ela vinha a fazer, porque é uma pessoa que conhece bem aquele espaço e que gosta muito daquele espaço. Naturalmente que não é essa pessoa que despeja fossas, nem faz uma série de serviços. Está lá no sentido da vigilância, do acompanhamento, dar alguns toques naquilo que é o trabalho do dia-a-dia, fazer alertas à junta no sentido de a junta intervir nas outras questões.

Em relação ao horário de trabalho, naturalmente, há se calhar, coisas que teremos que rever em termos de protocolo depois com a Associação de Reformados, porque obviamente que o horário de trabalho, não é um horário normal de trabalho.

Dizer que não é nenhum posto de trabalho, é uma colaboração com a Associação de Reformados e é a junta que intervém na maior parte dos casos, nos casos de fundo. Ele está lá no dia-a-dia a assegurar que as coisas não se degradem e que ajuda também na manutenção do espaço e da vigilância.

Presidente da Câmara – Percebo as preocupações do Sr. Deputado João Viegas, mas este protocolo que aqui está não tem nada a ver com esse protocolo que a junta fez. Isso é uma coisa adicional, porque este protocolo que aqui está tem que ser cumprido. Este que estamos a votar é uma UFT para a Junta de Freguesia e vai garantir a manutenção da fossa, etc., etc., é para o trabalho pesado.

Vamos fazer a requalificação do Parque da Comenda, vamos melhorar as casas de banho e é uma obra que vai ser feita pela câmara e pela junta. Vamos melhorar todo o mobiliário urbano que ali está, o qual está muito degradado. Vamos também melhorar os fogareiros e tem que haver alguém que tem que estar no quadro. Todas estas UFT são vigiadas por nós e eles têm



que apresentar o relatório com o pagamento para a Segurança Social. Temos que saber se estão ou não no quadro, nós temos inspeções e eles também têm inspeções.

É natural que haja depois um protocolo, mas é para a manutenção e limpeza. A manutenção do parque não tem nada a ver com esta UFT, não é isto que estamos aqui a votar, esse protocolo que é da junta com a associação, este é o da câmara com a junta.

A câmara com a junta tem sempre uma fiscalização e têm que entregar trimestralmente ao Gabinete de Apoio às Freguesias, até porque estamos todos a ser aqui auditados e não é a primeira vez que isso acontece.

João Viegas (CDS-PP) – Compreendo que o que estamos aqui a votar e a apreciar é o protocolo entre a Câmara Municipal, este acordo de execução e a Junta de Freguesia, mas também é importante percebermos o que na prática e no terreno é feito. Isto depois dá origem a um protocolo entre a Junta de Freguesia e a Associação, onde se pede a colaboração no sentido da vigilância do Parque de Merendas da Comenda sob responsabilidade da União de Freguesias vir a ser assegurada por intermédio da associação com recurso a dois reformados ou idosos e que esta última entenda adequado por proporcionar esta atividade como uma ocupação e selecione a atividade a ser levada a cabo preferencialmente aos dias úteis entre as 7 e as 12:30 e entre as 13:30 e as 16 horas.

É bom também lembrar que já identificámos no passado num relatório da Junta de Freguesia, um técnico da ação social que estava depois no relatório como calceteiro e é preciso termos também algum cuidado e ficam aqui os alertas.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

4. Deliberação n.º 87/18 – Proposta n.º 02/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão – 2018-2021 – Artigo 6.º - “Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes e podas de árvores”

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

5. Deliberação n.º 97/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01-A/GAF/2017 – Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do concelho – 2018-2021 – Gestão e manutenção de novos espaços verdes



Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Carlos Batista (PS) – Quero pedir desculpa à União de Freguesias na pessoa do representante do Presidente da Junta, porque pensava que a Rua Major Perestrelo da Conceição, no troço que vai do n.º 2 até ao n.º 8, onde o passeio já tem erva quase até ao tornozelo das pessoas, era a Junta de Freguesia que deveria limpar, mas agora vi que não e só agora é que vai ter no contrato a limpeza desta rua.

Peço desculpa por isso e espero que limpem aquilo rapidamente.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

6. Deliberação n.º 108/18 – Proposta n.º 25/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Fornecimento contínuo de gasóleo para abastecimento das viaturas da frota municipal – Concurso Público n.º 7/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

7. Deliberação n.º 111/18 – Proposta n.º 28/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de concurso público para a prestação de serviços de seguros para os ramos de acidentes de trabalho, multirriscos, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico, responsabilidade civil e acidentes pessoais, pelo período de 24 meses. Concurso Público n.º 10/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.



8. Deliberação n.º 109/18 – Proposta n.º 26/2018 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2017

Antonieta Saragoça (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 votos contra, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e do 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 3 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Antonio Dias (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais lamenta que não estivesse presente nenhum vereador nem nenhum técnico da câmara que pudesse eventualmente tirar as dúvidas existentes.

Deliberou o seguinte:

Como os documentos chegaram tardiamente, os elementos da comissão não se sentiram em condições para se pronunciarem sobre os mesmos, remetendo a sua posição para o plenário da Assembleia (Conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35).

Manuel Fernandes (PS) – A prestação de contas e o relatório do exercício orçamental de 2017, em coerência com a política seguida pelos vários mandatos de maioria CDU, apresentam mais do mesmo, na sequência dos anos anteriores. Ou seja, a um aumento da receita fiscal não correspondeu uma redução da dívida a médio e longo prazo, pelo contrário, subiu 1,9 milhões de euros.

Não correspondeu a uma maior agilidade nos pagamentos da autarquia, pelo contrário, os fornecedores do município de Setúbal demoram agora 216 dias para receber. São mais 10 dias do que no ano anterior.

Não correspondeu a uma redução do passivo total, pelo contrário, de 104 milhões em 2016 passou para 111,4 Milhões em 2017.

O orçamento municipal aprovado pela maioria CDU e Azeitão no Coração mostrou-se também irrealizável tal como o PS já o havia afirmado. Os 62% de execução demonstram isso mesmo.

Salientamos a escassa execução orçamental e a enorme derrapagem do plano plurianual de investimentos nos diversos setores das políticas sociais como educação, saúde, ordenamento do território, saneamento, proteção do meio ambiente e conservação da natureza ou até na cultura onde, em todas elas, a execução orçamental ficou muito abaixo dos 50%. A preocupação com as políticas sociais apenas figuraram no orçamento, na verdade elas nunca foram uma verdadeira prioridade para o executivo como ficou factualmente demonstrado.

Chamamos especial atenção para os 19,4%, repito, apenas 19,4% de execução orçamental quanto à recuperação de habitações do município. Esta matéria fora tantas vezes abordada aqui pela bancada do Partido Socialista, mas a fraca execução nesta matéria demonstra a surdez com que o executivo nos brindou.

Perante este relatório ficou evidente que a autarquia cobra muito; paga cada vez mais tarde a quem deve, aumenta o endividamento de longo prazo e o passivo municipal e afasta responsabilidade com quem mais precisa.



Neste sentido está claro, a bancada do Partido Socialista votará contra o relatório e contas apresentado.

Vitor Rosa (BE) – Dizer que o Bloco de Esquerda também vota contra esta Prestação de Contas de 2017, referindo também o que é o desfasamento entre a proposta orçamental que é apresentada e o que realmente é a taxa de execução. E todos os itens, como já aqui foi referido há pouco, relativamente às áreas mais importantes do ponto de vista social, daquelas que depois vemos que na prática e factualmente não são cumpridas.

Em função disso, consideramos que votaremos contra esta Prestação de Contas de 2017.

Afonso Luz (CDU) – Em relação às intervenções anteriores, fiquei desconfiado que os documentos distribuídos às várias bancadas não são iguais.

Em primeiro lugar, em lado nenhum se encontra que a dívida de médio/longo prazo tenha aumentado. Não está em lado nenhum. Diz a onde? Tem lá uma frase que devia ser confirmada com os números e não foi.

Há uma frase que diz isso, que vem não sei de onde e que está lá no relatório, mas está mal, porque é preciso depois ver nas contas, se isso se confirma.

A primeira nota que quero aqui deixar é a constatação de que se estão a apreciar contas de um ano que, na prática, foi o último do mandato anterior.

Uma segunda nota, é valorizar o facto de o Revisor Oficial de Contas ter emitido, mais uma vez, uma certificação sem reservas, o que é garante de que as contas apresentadas refletem a realidade e se encontram formal e legalmente corretas.

Uma outra nota, também, sobre a fraca execução orçamental. É sempre um ponto que nos desagrada a todos.

Como sabemos, é um problema que se arrasta nesta Câmara Municipal há mais de vinte anos e do qual a câmara não se vai livrar enquanto as dívidas de curto prazo mantiverem o peso que têm nas contas da autarquia.

Por isso, se torna tão importante a concretização do Plano de Saneamento Financeiro, que foi aprovado nesta Assembleia e cujo recurso se encontra encalhado, há meses, no Tribunal de Contas.

Para além de melhorar a situação financeira da câmara, permitiria termos orçamentos anuais muito mais realistas.

E é, precisamente, de realidade que o documento de Prestação de Contas nos fala.

Sendo um documento do último ano do mandato anterior permitirá tirar conclusões sobre as contas de todo esse mandato, iniciado nos finais de 2013 e terminado em finais de 2017, e o balanço desse mandato contraria tudo o que aqui tem sido dito, não só hoje, mas ao longo dos últimos anos.

A verdade, e esta é que está lá escrita, é que as dívidas à banca, neste mandato, foram reduzidas em 15,8 milhões de euros.

Neste mandato também as dívidas a fornecedores foram reduzidas entre 16 milhões de euros.

As dívidas ao Estado foram reduzidas em 705 mil euros. Tudo somado, as dívidas da câmara, no final de 2017, são menos 32 milhões e meio de euros do que no final de 2013, data em que se iniciou o mandato.

Para além disso, nestes anos, os resultados económicos foram sempre positivos num total de 45 milhões de euros, 6,3 milhões obtidos em 2017.

Neste período também aumentou sempre de forma considerável, a capacidade de endividamento da autarquia.



E depois de tudo isto perguntar “Estes números poderiam ainda ser melhores?” Certamente que sim.

A Câmara de Setúbal poderia respirar, neste momento, melhor saúde financeira? Certamente que sim.

Bastava que se tivesse seguido o exemplo do atual governo e do anterior e, também, de algumas outras autarquias. Isto é, se se parasse o investimento e se se deixassem deteriorar os serviços prestados às populações. Teria, certamente, menos dívida ainda e teria as suas contas muito mais equilibradas.

Mas foi uma opção desta Câmara e da CDU, não se focar apenas nos números, mas antes, focar-se especialmente no concelho e nos seus municípios.

E, por isso, não deixou de investir, nem deixou deteriorar os serviços que presta às populações.

Pelo contrário, em total contraciclo com o resto do país e contra a vontade das forças políticas da oposição, investiu muito, e bem, que este concelho e esta cidade estão bonitos como nunca e é reconhecido não só pelos setubalenses, mas por todos os que nos visitam. Os espaços públicos estão bem tratados como nunca e melhorou os serviços prestados na educação, na cultura, no desporto, no ambiente e na área social.

Quantas vezes, para obter essa melhoria de serviços, se gastou dinheiros próprios, dinheiros exclusivamente dos setubalenses, para dar resposta a muita coisa que caberia aos governos realizar.

Para terminar, os documentos aqui em apreciação revelam que a gestão autárquica, em Setúbal, tem continuado a trilhar um caminho de recuperação da sua situação financeira e económica, e que, ultrapassando conjunturas adversas, os grandes objetivos a que o executivo de propôs, para 2017 e para o mandato anterior, foram alcançados, assim como foram cumpridas as grandes linhas do Programa Eleitoral com que se tinha apresentado ao eleitorado setubalense em 2013, com evidentes benefícios para o concelho, para os nossos municípios e para quem nos visita.

Manuel Fernandes (PS) – Na sequência da intervenção do senhor deputado Afonso Luz, que manifestou alguma surpresa pela observação que consta do relatório, eu convido-o a observar o que vem escrito na página 375. Não foi inventado por esta bancada, está lá escrito e nós estamos a apreciar. Devia ser confirmado, se calhar, em primeiro lugar por aqueles que fizeram o relatório. Se está identificado o erro, possivelmente deveria começar aí e o erro deveria ser terminado logo na origem.

Em relação ao Contrato de Saneamento Financeiro aqui invocado por Vossa Excelência, tenho a dizer que há aqui qualquer coisa que ainda...

Foi também aqui invocado o facto do Contrato de Saneamento Financeiro não ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas.

Em relação a essa matéria há aqui, talvez, um desencontro ou então talvez o problema seja meu e não tenha percebido ainda. Segundo o executivo da autarquia já não há necessidade de recorrer a um Contrato de Saneamento Financeiro, tendo em conta o base e os objetivos para o qual ele serve, que é para sanear as contas do município, mas Vossa Excelência e a sua bancada continuam a dizer que faz falta o Contrato de Saneamento Financeiro, então em que é que ficamos? As contas do município já estão saneadas ou não estão saneadas? Se estão saneadas não precisam de um Contrato de Saneamento, mas Vossa Excelência continua a reivindicar novamente o Contrato de Saneamento Financeiro. Faz falta o Contrato de Saneamento Financeiro para quem, senhor deputado?



Portanto o Contrato de Saneamento Financeiro tem a intenção de sanear as contas públicas e é esse o propósito do próprio contrato. Aqui há alguma coisa que deve ser dita, é que o próprio parecer do Tribunal de Contas, na altura, refere é que não poderiam ser atirados compromissos atuais para as gerações futuras. Está lá escrito. E isso Vossa Excelência, possivelmente, conviverá melhor, tendo em conta que a dívida de curto prazo, que Vossa Excelência apelidou de o grande problema desta autarquia, poderá ser atirada para o futuro. Serão as gerações futuras a ter que pagar, eu não diria desvarios, mas o que tinha sido o apanágio desta autarquia é tentar atirar para o futuro aquilo que tem sido as despesas do presente. Talvez essa seja uma gestão que colhe junto da CDU, porque por parte do Partido Socialista é o que nós combatemos.

Afonso Luz (CDU) – Só para referir que o não haver necessidade do Contrato de Saneamento Financeiro não é uma conclusão da Câmara Municipal, é uma conclusão do Tribunal de Contas.

Não, não. A câmara recorreu da decisão do Tribunal de Contas e é esse recurso que o Tribunal de Contas nunca mais nos dá, mas continua a ser necessário, aliás seria fundamental para o saneamento, porque ninguém aqui afirma que as contas da Câmara Municipal estão equilibradas, não é. Já vêm desequilibradas há muito tempo, porque essa questão de deixar para os outros para pagar, o PS sabe o que é isso. Aliás, o PS sabe que isso não é só nesta câmara, é no Governo.

Sabemos como ficou o país depois do Governo Sócrates, sabemos bem sobre deixar para os outros para pagar, sabemos bem o que é isso. Exatamente, toda a gente sabe, mas é, como eu disse, há mais de 20 anos.

João Viegas (CDS-PP) – Nesta análise das prestações de contas julgo que se misturam um pouco o que é uma Prestação de Contas e aquilo que são os orçamentos.

Nos orçamentos, aí sim, ficam definidas as medidas e as orientações políticas em termos de rubricas.

A Prestação de Contas, quer se goste ou não se goste, é o resultado daquilo que foi a execução anual e, como é óbvio, a execução orçamental tem um valor muito baixo, mas no entender do CDS, a questão fundamental está no orçamento, e tivemos a oportunidade, quer neste último orçamento, quer no anterior, de votar contra o orçamento, porque ele tem que, de uma vez por todas, se aproximar daquilo que é a realidade dos números.

Podemos utilizar mil e um argumentos, mas outras câmaras municipais, até da CDU, têm valores da execução orçamental completamente diferentes destes e também são câmaras municipais com dificuldades financeiras ou que aparentemente também têm dificuldades financeiras, necessidades de saneamento, etc...

Não podemos continuar, sistematicamente, a dizer que os números são estes e que precisamos, primeira era do Contrato de Reequilíbrio, depois é do Contrato de Saneamento Financeiro, ou seja, precisamos, de uma vez por todas, de encontrar em termos do orçamento que é apresentado ter um orçamento realista, porque se não todos os anos chegamos ao final e a execução é esta.

Também não podemos depois misturar o que são as opções políticas dos orçamentos com o que é a Prestação de Contas.

Em bom rigor, não concordo com muitas das opções que foram tomadas por este executivo ao longo desta execução, mas em bom rigor também deixem-me referir que não encontro aqui os objetivos, erros contabilísticos.



É discutível, mas na minha opinião é isso que se vota neste momento e não outra coisa qualquer. Se identificasse aqui erros objetivos, se calhar, estava mais a referir-me aos funcionários, a quem executa diariamente estas coisas. Um voto contra é mais contra o trabalho que eles desempenham diariamente do que propriamente contra as opções do executivo, porque elas refletem isso no dia-a-dia.

Claro que é discutível e cada um tem a sua opinião, mas como é óbvio, nesta Prestação de Contas está aqui evidente que a situação financeira do município, se não fosse a cobrança dos impostos, nomeadamente o IMI e a Derrama, seria bastante mais complicada.

Depois encontramos aqui também um bom resultado em termos do que tem sido o número de licenciamentos e aí também contribui para estes resultados.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, agradeço que deixem ouvir o senhor deputado na sua intervenção.

João Viegas (CDS-PP) – Depois o valor das dívidas a fornecedores é extremamente preocupante, continua a ser muito elevado, há valores que estão em dívida com alguns fornecedores. Não sei sinceramente como está a situação neste momento, mesmo com os trabalhadores desses fornecedores, se os vencimentos estão em dia, uma vez que o valor da dívida é elevado a esses mesmos fornecedores.

Esses são muitos dos aspetos que ao CDS preocupa.

Há também aqui um dado, salvo erro, na conta 02020225, onde tive a oportunidade de ver que muitos dos contratos de prestação de serviços vão para esta rubrica, e é uma rubrica de diversos e tem um valor muito elevado. A este valor de diversos há que somar também as despesas com o pessoal, porque estes contratos de prestação de serviços são contratos de trabalho e que inflacionam bastante o que são as despesas de pessoal.

Era o que que tinha para dizer, vou-me abster nesta análise da prestação de serviços, não concordando com a maioria das opções, mas no meu entender, a análise que estamos aqui a fazer é do documento propriamente dito e não as opções, essas votámo-las quando votámos o orçamento.

Suzel Costa (PAN) – Como o PAN só elegeu, pela primeira vez, um deputado municipal nesta assembleia em outubro de 2017, não nos sentimos em condições para votar contra ou a favor de um relatório de contas referente ao ano de 2017.

Contudo, poderemos salientar que para um concelho que tem, entre os seus lemas “uma cidade verde e um rio que nos espera”, surpreende-nos a reduzida taxa de execução orçamental respeitante à proteção do meio ambiente e conservação da natureza que se situou em apenas 18,3%, o que nos preocupa imenso.

Assim como destacamos ainda, pela negativa, o elevado prazo médio de pagamentos a fornecedores, designadamente 216 dias, quando o prazo de pagamento a fornecedores deveria ser inferior a 90 dias.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Da parte do PSD, em linha com o que vem sendo a nossa posição ao longo destes anos e tendo nós votado contra o orçamento nesta câmara, verificamos que aquelas que são as críticas que, recorrentemente, vimos fazendo ao longo dos anos, se confirmam uma vez mais nesta Prestação de Contas de 2017.

Tal como já foi dito aqui por várias bancadas, um dos fatores que é verificável e é objetivo é, de facto, a execução orçamental que este ano atinge os 62,8%, um pouco melhor do que o passado, mas com uma ligeira diferença de um ponto percentual. Como também foi aqui dito,



por outras bancadas, muito à custa da situação do IMI. Como sabemos, tem sido uma luta, pelo menos da nossa força política e de outras também, para que seja feita uma opção por parte do município à sua assunção da taxa máxima, não por razões que tem a ver com o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, mas exatamente porque a câmara pretende que essa taxa esteja no máximo para fazer face àquilo que são os seus compromissos e as necessidades que tem.

Há outros números que poderia aqui referir, como a questão que se coloca relativamente ao Plano de Investimentos que continua também a ser de uma execução muito baixa, consideramos nós, nomeadamente nas funções sociais, de educação, na habitação e serviços coletivos. Com destaque, este ano, no abastecimento de água, onde temos uma execução acima dos 50%, em cerca de 62%, mas que no fundo, temos um passivo municipal que atinge, em 2017, os 111 milhões de euros.

Os compromissos assumidos em 2017 e por pagar continuam muito elevados, sendo até superiores àquilo que tinham sido em 2016, em cerca de 29 milhões de euros. Há, de facto, a verificar se os números que são apresentados, um serviço da dívida que é de um valor aproximadamente de 30 milhões de euros, o que em relação ao passado mostra que está a ser feito face àquilo que são os compromissos de longo prazo financeiros da câmara, o que é um aspeto a realçar.

Posto isto e tendo em conta que aquilo que é a política deste executivo e desta maioria não é a nossa, nós iremos, naturalmente, votar contra esta Prestação de Contas.

Presidente da Câmara – Só quero dizer aqui algo muito breve, até porque o meu camarada Afonso Luz defendeu brilhantemente esta proposta e não vou repetir, mas quero aqui fazer um complemento.

Foi graças a estes investimentos e alguns deles em substituição do Poder Central, como foi o caso do Quartel do Onze, do Convento de Jesus, como é o caso do Forte de São Filipe, etc., e graças a isto tudo, à capacidade que nós temos tido de realização, de concretização da obra em conjunto com as nossas juntas de freguesia, com os nossos trabalhadores, com as associações e com todos, temos dado a volta à situação deste município.

Não é por acaso que graças a isso tem havido mais investimento, tem havido mais procura na área da reabilitação, na área da compra do imobiliário e estamos com uma taxa de desemprego que não chega já aos 7%. É um motivo de muito orgulho, algo que nunca aconteceu em Setúbal. É só ir perguntar ao Instituto Nacional de Estatística qual foi, desde sempre, a taxa de desemprego em Setúbal.

Hoje, o país tem uma taxa de desemprego mais baixa, mas Setúbal tem a taxa de desemprego inferior à média nacional, o que nunca aconteceu, Setúbal tinha sempre uma taxa de desemprego superior à média nacional. Isto é motivo de orgulho para todos nós, o que quer dizer que as decisões políticas foram as certas, a capacidade de atratividade para a capacidade de investimento e a melhoria da qualidade de vida das nossas populações têm sido os investimentos certos.

Dizer ainda que o nosso passivo municipal é de cerca de cinquenta e tal milhões, a dívida, o passivo municipal tem aqui dentro dos 114 milhões, 56 milhões e meio de acréscimos e deferimentos que não pode ser considerado dívida corrente. Na dívida de curto prazo, nós diminuimos 2,7 milhões de euros relativamente a 2006 e nas dívidas de médio/longo prazo diminuimos 2,3, além do cumprimento das nossas responsabilidades que têm que ver com o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, que nunca faltamos com uma vírgula.

Agradecer as palavras do senhor deputado Paulo Calado em relação a essa apreciação, aqui está o não deitar abaixo, porque sim, embora vá votar de forma diferente, por razões óbvias,



da responsabilidade política que está aqui em causa e, portanto, agradecer também esta lucidez e a abertura para a dizer.

Em relação ao Saneamento Financeiro que foi solicitado, ele tinha que ver só com a capacidade de podermos cumprir rapidamente e prontamente as nossas obrigações e daí o saneamento de 15 milhões que ainda aguardamos o recurso do Tribunal Constitucional. Esse saneamento iria permitir que a dívida de curto prazo, aquando da Prestação de Contas de cerca de 25 milhões (está em 23 milhões agora), pudesse passar os 15 para médio/longo prazo, possibilitando que a tesouraria tivesse muito maior fluidez e pudéssemos pagar com uma rapidez desejável aos nossos fornecedores e eles não tivessem que esperar pela nossa capacidade de pagamento e de cumprir com as nossas responsabilidades.

Relativamente às nossas funções sociais, elas assumiram uma importância superior aos anos anteriores e tiveram um peso de 63,2% do total executado, portanto, vinte milhões.

Em relação às funções económicas, tiveram um peso de 24.1, as outras funções têm que ver com uma série de atividades com a área da cultura, desporto, ordenamento do território, do abastecimento de água, que estão aqui com um peso de 8.2, e as funções gerais com peso de 4.6.

Agradecer ainda as palavras do senhor deputado João Viegas que tem demonstrado, de facto, aqui uma lucidez e que tocou num ponto fundamental, o ponto em que o Governo após Governo ninguém mexe para não se chatearem com os seus amigos das autarquias. Normalmente quem tem mais autarquias é quase sempre quem está no Governo.

Dizia o deputado João Viegas que um dos impedimentos, às vezes, do nosso orçamento era extremamente preocupante se não fosse a arrecadação dos impostos que estamos a ter. É evidente que se não tivéssemos a arrecadação de impostos seria extremamente preocupante. Ninguém aqui referiu, mas é de notar que perdemos cerca de 7 milhões de IMI, porque o IMI baixou. Deve estar aí no resultado, mas é claro que ninguém falou. Cerca de 7 milhões de IMI foi obra. Sete milhões de IMI dava para construir duas escolas, é só isto.

De qualquer modo, se não fosse a arrecadação dos vários impostos teríamos graves problemas, por exemplo, em relação ao pagamento de salários. Mas nenhum Governo mexe na Lei das Finanças Locais. Dizemos isto a toda a gente, dissemos isto à troika, que nenhum Governo mexe na Lei das Finanças Locais.

Não percebemos porque é que Idanha-a-Nova com 10 mil habitantes recebe 11 milhões do Orçamento de Estado, Palmela com 45 mil habitantes recebe 11 milhões do Orçamento de Estado, Santiago do Cacém com 40 mil habitantes recebe 11 milhões do Orçamento de Estado e Setúbal com 123.800 habitantes recebe também 11 milhões do Orçamento de Estado.

Se para os outros municípios chega, por exemplo, para pagar os salários, e Idanha-a-Nova já não sabe o que há de fazer a tanto dinheiro, foi-me dito pelo meu colega, e já construiu 9 lares para a Terceira Idade para 10 mil habitantes. Aparecem fundos comunitários a 80 e 85%, porque a comparticipação municipal está logo ali no banco e continuam a receber este dinheiro do Orçamento de Estado e ninguém faz nada.

Na Associação Nacional de Municípios continuamos a dizer, mas ninguém faz nada.

Em função do território ocupado, não é em função do número de habitantes, se nós não tivéssemos os impostos que temos, não teríamos, com certeza tido esta capacidade de investimento e não tínhamos o resto do dinheiro para pagar salários que são cerca de vinte e tal milhões, só de salários num ano.

Agradecer, também, este toque na ferida, que é exatamente isto que o senhor deputado João Viegas alertou, sem ser com o discurso de que é mais do mesmo. Dizia aqui a um deputado, há uns anos atrás, que isso era *copy e paste*, e agora repito aqui para outra bancada, isso é *copy paste* do discurso do voto contra, porque isso é que é mais do mesmo. Menos do mesmo é



fazer as intervenções com uma perspetiva política correta, pese embora o facto de nós não estarmos do mesmo lado da bancada.

Já agora agradecer também ao deputado João Viegas, que eu gostaria que ficasse aqui também registado em ata, a sua intervenção no 25 de Abril que foi coerente, lucida e foi exatamente aquilo que senti e foi verdadeiramente a liberdade daquilo que quis dizer, daquilo que exprimi e daquilo que senti em relação ao 25 de Abril, intervenção pela qual lhe dou os meus sinceros parabéns e tive a oportunidade de dizer aos meus camaradas.

Isso não foi cínico, foi o que senti e foi a sua forma de ser e de ter sentido aquele dia e como a sua família e todos aqueles que passaram por aquilo que vocês passaram sentiram de uma forma diferente de nós que estávamos em menos lençóis do que os maus lençóis em que vocês se encontravam.

Encontrava-se ausente da sala o Sr. Deputado João Vicente da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 15 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 2 do BE, e 2 abstenções, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Os sucessivos aumentos da receita através do IMI; foram interrompidos apenas o ano passado tendo as receitas deste imposto diminuído 5,8% face a 2016 (-1,5 milhões). Ainda assim, o total da receita cobrada aos munícipes de Setúbal e Azeitão nunca abrandou. Pelo contrário, a cobrança de impostos diretos aos Setubalenses e Azeitonenses aumentou 2,9% relativamente a 2016, muito por responsabilidade das receitas da derrama; do IMT e do IUC. A receita em impostos indiretos subiu 27%, as taxas específicas subiram 7 % e até nas multas a receita aumentou 1,9%.*

Apesar disso, a execução orçamental ficou-se pelos 62% do orçamentado. Para uma previsão superior a 131 milhões na receita, a disparidade face aos 82,3 milhões verificados demonstram factualmente a fantasia política que governa o concelho. Tinha razão o Partido Socialista quando considerou este orçamento irrealizável.

O passivo total foi agravado em cerca de 6 milhões de euros. De 104 milhões em 2016 é agora de 111,4 milhões em 2017.

A prestação de contas do exercício de 2017 demonstra que a Camara de Setúbal continua a constituir-se como obstáculo à economia local. Senão vejamos.

A 31 de Dezembro de 2017, só nos pagamentos em atraso superiores em 1 milhão de euros, o montante apurado, representava 8,2% da receita do município e os compromissos por pagar atingiram ainda os 29 milhões, aumentando em 1,3 milhões relativamente a 2016.

O exercício de 2017 confirma o Município de Setúbal num preocupante grupo cada vez mais restrito de municípios (19) que representam mais de 90% de dívida vencida e não paga superior a 90 dias em Portugal.

Um fornecedor de bens ou serviços do Município de Setúbal demora agora em média 216 dias a receber, são mais 10 dias do que o ano anterior. Setúbal afasta-se ainda mais da média nacional cujo prazo médio de pagamento reduziu 12 dias. O prazo médio de pagamento a nível nacional é agora de 38 dias.

Perante uma autarquia que cobra demais e que paga cada vez menos e mais tarde a quem deve, as contas de 2017, demonstram também um estrondoso fracasso na previsão das grandes opções do plano e no plano plurianual de investimentos respeitantes às funções sociais da autarquia.



A demonstração de resultados confirma uma fraca execução na educação apenas 33,9% do previsto; na saúde apenas 38,2% do previsto; na habitação apenas 52,2% do previsto; no ordenamento do território menos ainda, apenas 25,9% do previsto; no saneamento, calcule-se, apenas 25,4% do planeado; na proteção do meio ambiente e conservação da natureza uns míseros 18,3% do que constava no orçamento; e até na cultura, aposta maior deste executivo nos últimos anos, o executado ficou-se pelos 27,1% do previsto. Bem mais preocupante é a reduzida execução orçamental na recuperação das habitações do município que ficou pelos 19,4% do que estava orçamentado, apesar dos alertas constantes do Partido Socialista quanto à degradação do parque imobiliário e habitacional da autarquia ao longo dos anos. Perante estes factos que contrastam com as necessárias respostas aos reais problemas dos cidadãos e desenvolvimento do concelho, a bancada do Partido Socialista na Assembleia municipal, votou contra o relatório e prestação de contas de 2017."

Paulo Calado (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: "*Remetia a minha declaração de voto para a intervenção que fiz.*"

Afonso Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: "*A bancada da CDU votou favoravelmente estes documentos, não só por aquilo que deixei na minha intervenção, mas porque também entendemos que toda a população de Setúbal, no fundo, aprovou largamente, maioritariamente esta gestão e as contas da Câmara Municipal.*"

Presidente da Mesa – Quero agradecer o esforço que todos aqui fizemos para uma contenção nas intervenções, embora tenhamos ultrapassado largamente o que era uma previsão. Temos de continuar a fazer um esforço no sentido de cumprir melhor o que são as determinações, designadamente, as determinações legais.

Tenho de reconhecer que houve um esforço da parte de muitos dos senhores deputados no sentido de cumprirmos minimamente aquilo a que estamos obrigados.

Também as condições em que a reunião decorreu não são as melhores, mas também quero agradecer à Câmara Municipal o esforço que fez para criar as melhores condições possíveis para que esta reunião tivesse lugar.

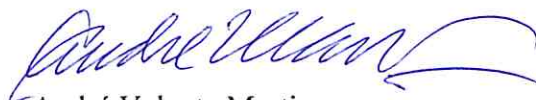
Esperemos que a próxima reunião tenha lugar num espaço com melhores condições e certamente que vai ter melhores condições do que aquelas que temos tido até agora.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de abril, de dois mil e dezoito.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e nove de junho, de dois mil e dezoito, contém sessenta e cinco folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa

O Presidente da Mesa



André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vítor Marcos
Verificada por: Ana Cristina Claro
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa